



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 01 / 06

Data da Sessão: 22 de Fevereiro de 2006

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 21.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- Aos 22 dias do mês de Fevereiro do ano de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

-----**PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR ---
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDA
DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----**PONTO TRÊS** – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DESTA ASSEM
BLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO CONSULTIVO DO CEN
TRO PSIQUIÁTRICO DE RECUPERAÇÃO DE ARNES; -----

-----**PONTO QUATRO** – 5º ANIVERSÁRIO DAS INUNDAÇÕES DE 2001 NO
CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO; -----

-----**PONTO CINCO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOS
TA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNCIONAMEN
TO DAS PISCINAS MUNICIPAIS; -----

-----**PONTO SEIS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA
DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DAS PISCINAS
MUNICIPAIS; -----

-----**PONTO SETE** – INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVA À-
REVISÃO AO PDM – ANÁLISE DA 1ª FASE; -----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMA) declarou aberta a Sessão às dez horas. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, José de Oliveira e Sousa, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Buco, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - Membros: Fernando Jorge dos Ramos e Adélia Gomes de Sousa Caiado-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

-----**Presenças dos Senhores Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Manuel Alberto Gonçalves Góis e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge. -----

-----Foram, entretanto, aceites pedidos de justificação de faltas e/ou atrasos dos Membros desta Assembleia Municipal, que foram despachados e arquivados em dossier próprio.-----

----- **PONTO UM- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----O PAM usou da palavra para referir: “Verificada a existência de quórum, iniciáramos esta Sessão começando por apresentar os meus cumprimentos aos restantes elementos da MAM, ao Vereador Pedro Machado em representação temporária do Presidente da Câmara Municipal, à nossa colaboradora Neiva, aos Vereadores Municipais, aos Membros da AM, aos Presidentes de Juntas de Freguesia e ao público em geral. Peço imensa desculpa, pois, antes de ter feito a chamada, devia ter dado conhecimento de duas situações de impedimento que foram entregues. Uma é um pedido de substituição, nesta reunião, do Membro Fernando Ramos e que será substituído pelo Membro José de Oliveira e Sousa e a outra que é um pedido de suspensão de mandato, por motivos de saúde, por um período de 150 dias, do Membro Adélia Gomes de Sousa Caiado sendo o seu lugar ocupado pelo Membro Milena Sofia Jorge Faria. Queria igualmente participar a todos os MAM que é intenção da MAM e, para tal, já contactámos os Líderes dos Grupos Municipais, que seja englobado um oitavo ponto na nossa Ordem do Dia e que se refere ver à “Aprovação, sob proposta do Executivo, de alteração da Postura de Trânsito da Vila de Montemor-o-Velho”. Assim, pergunto se alguém se opõe, ou alguém não concorda com a inclusão deste ponto. Não havendo nenhum tipo de oposição a nossa Ordem do Dia englobará um ponto oito com a seguinte redacção: -----

-----**“Ponto oito – Aprovar, sob proposta do Executivo, a alteração à Postura de Trânsito da Vila de Montemor-o-Velho”** -----

-----Dito isto, começaremos a reunião pelo ponto Um, pondo à discussão a acta da Sessão Ordinária deste Órgão Deliberativo, realizada no dia 28 de Dezembro de 2005.-----

-----Posta à discussão e votação a acta, obteve-se o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

-----A acta da Sessão Ordinária de 28 de Dezembro de 2005 foi aprovada por unanimidade. -----

-----Logo após o SMAM, Vitor Travassos, fez referência à correspondência entretanto recebida e expedida e da qual se destaca: *email* do município António Costa, referente às obras em Pereira, Santo Varão e Formoselha, manifestando a sua indignação pela excessiva demora na conclusão das mesmas o que provoca grandes inconvenientes às populações pois há troços abertos há tempo demasiado, segundo refere. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22**

-----Ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, referente à Moção aprovada na última Sessão, sobre a A17 - ligação à margem esquerda. Diz o Chefe de Gabinete que foi encarregue pelo SE de informar que o corredor a reservar para esta via incluindo a localização sobre o rio Mondego e a mudança de localização do nó do Paião resulta do disposto na declaração de impacte ambiental favorável à alternativa A+C+A do estudo prévio, dos lanços da A17 entre Louriçal e Mira, emitido em 17 de Agosto de 2005, condicionada ao cumprimento das condições e termos constantes do seu anexo observando-se o parecer da Comissão de Estudos de Impacte Ambiental e relatório da consulta pública que decorreu entre 14 de Dezembro e 15 de Fevereiro de 2005. -----

-----Ofício, chegado hoje, dia 22 de Fevereiro, do Gabinete de Sua Excelência o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território do Desenvolvimento Regional, contendo uma resposta sobre o aproveitamento hidráulico do Mondego - Ponte de Formoselha e que constitui **documento anexo** à presente acta sob o número **01**.-----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra para solicitar, uma cópia do referido ofício, tendo sido informado que o tal irá ser entregue a todos os grupos. -----

-----Foram, então, concedidos cinco minutos para que fossem entregues à Mesa as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

-----**Moção** subscrita pelo Presidente da JF de Abrunheira ("**Felicitações à Paróquia da Abrunheira, na ocasião do 70º aniversário da sua fundação**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **02**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

-----Votos contra - 0;-----

-----Abstenções - 0;-----

-----Votos a favor – 35.-----

-----Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**Moção** subscrita pelo Membro João Paulo Maurício, CMNRC, ("**Felicitações à Paróquia Abrunheira, pela passagem do seu 70º Aniversário**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **03**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

-----Votos contra - 0;-----

-----Abstenções - 0;-----

-----Votos a favor – 35.-----

-----Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22**

-----**Moção** subscrita pelo Membro José Laranjeiro Costa, PS, ("**Aniversário da Associação Fernão Mendes Pinto**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **04**. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Senhor Presidente, era para dizer a esta AM que também tínhamos, inicialmente, uma moção preparada para este 29º aniversário da AFMP. Porque entendemos que a data aniversária é 28 de Fevereiro e não gostamos de dar parabéns antecipadamente, embora reconheçamos que a AFMP tem um papel fundamental no associativismo montemorense, em todo o seu trabalho e em toda a sua dedicação ao redor destes anos todos, fizemos que aguardássemos para a próxima Sessão da AM essa moção. Pensamos que, efectivamente, tem muito mais legitimidade, porque a instituição ainda não fez 29 anos. É só por isso que não a apresentamos hoje, mas estamos totalmente solidários com a moção apresentada pelo grupo do PS”.

-----O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “Senhor Presidente: se me permite, faria a proposta de que os serviços da AM façam um levantamento dos aniversários de todas as Associações e Instituições do Concelho e, desde já, pudesse ser confiada à Mesa o envio atempado de felicitações em nome de toda a AM. Não sendo assim, esta AM torna-se num “faz de conta, um brincar à política e às Assembleias” que acaba por ser ridículo para quem vem aqui ouvir-nos e ver-nos. É uma proposta que deixo, se tiver cabimento na sua douta decisão”. -----

-----O PAM usou da palavra, para responder: “Penso que a sua proposta é merecedora de análise, pois acho que exageramos em todas as sessões. No entanto, penso também que é importante que tenhamos um aceno de cortesia e simpatia para com alguns acontecimentos que efectivamente se passam no nosso Concelho. Não poderemos passar do tudo para o nada; temos é de estudar o “*modus faciendi*” conjugando as duas posições, merecendo uma análise séria a essa sua proposta”. -

-----Não havendo intervenções, passou-se à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**Moção** subscrita pelo Presidente da JF de Montemor-o-Velho ("**Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **05**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- **Moção** subscrita pelo Membro José Laranjeiro Costa, PS ("**Aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **06**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Vítor Manuel Travassos, CMNRC ("**Associação Dadores de Sangue Baixo Mondego**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **07**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro José Laranjeiro Costa, PS ("**Associação Dadores de Sangue Baixo Mondego**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **08**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Nuno Miguel Pinto Loureiro, CMNRC, ("**Inauguração da escadaria da Igreja de Liceia**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **09**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo Presidente da JF de Arazede ("**37º Aniversário do Grupo Desportivo “Os Águias”**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **10**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22**

-----Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**Moção** subscrita pelo Presidente da JF de Santo Varão ("**81º Aniversário do Centro Beira Mondego de Santo Varão**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **11**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0;-----

-----Votos a favor – 35.-----

-----Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**Recomendação** subscrita pelo Membro Jorge Camarneiro, CDU, ("**Evocação de Joaquim Camarada**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **12**.-----

-----Esta Recomendação será enviada à JF da Ereira e à CMMV.-----

-----**Recomendação** subscrita pelo Presidente da JF de Santo Varão ("**Anomalias na ex-Estação Ferroviária de Formoselha / Santo Varão, na Linha do Norte**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **13**.-----

-----Esta Recomendação será enviada ao Excelentíssimo Administrador da REFER e à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado dos Transportes.-----

-----O Membro Oliveira e Sousa (PS) pediu a palavra e disse: “Antes de mais, pretendo referir que estou nesta Assembleia em substituição do Membro Fernando Ramos, pessoa e personalidade deste Concelho, respeitada por todos os Municípios e por todos nós. Ao longo de 4 anos que trabalhei com ele, tive sempre dele a cortesia, a urbanidade e a civilidade. Foi um homem que, na altura líder da Oposição, teve sempre a forma sensata, cordata e construtiva em todos os itens da Ordem do Dia. Honro-me muito em representá-lo aqui, hoje, junto de vós. Ao longo do meu mandato, na altura da Maioria Montemor Novo Rumo, que mais me parecia Montemor à procura de Rumo Novo...”-----

-----O PAM interrompeu o Membro Oliveira e Sousa referindo que a sua intervenção nada tinha a ver com a Ordem do Dia, tendo aquele aceite de imediato o reparo, referindo, no entanto que: “O PAM está diferente, e é por isso que me apraz responder-lhe antes de ler o requerimento. Estamos aqui eleitos pelo povo e não podemos esquecer a sua representatividade - nesse sentido, vou passar a ler o requerimento, mas sem a obstrução da forma que Vossa Excelência me interrompeu:-----

-----**Requerimento** subscrito pelo Membro Oliveira e Sousa, PS, ("**Resposta fundamentada pelos Directores do Urbanismo e de D. O. M., às questões apresentadas neste requerimento**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **14**.-----

-----Este Requerimento será enviado à CMMV.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- **Requerimento** subscrito pelo Membro Jorge Camarneiro, CDU, ("AGNI"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **15**.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra, dizendo: “Gostava de dizer apenas duas palavras muito breves: são questões mais do foro científico, do que do foro político. Tendo tido conhecimento de que este requerimento tinha sido apresentado ao Governo através do Presidente da Assembleia da República há poucos dias, não podia deixar de o trazer à AM e à CMMV, no sentido de tomarmos conhecimento sobre as questões que o mundo científico está a colocar relativamente a este projecto. Não tenho conhecimentos suficientes, nem mínimos para poder pronunciar-me sobre o assunto; no entanto, acho oportuno que a CM se interesse por poder esclarecer quer a AM, quer os cidadãos, porque há questões aqui que são pertinentes e, já agora que os Grupos Municipais que possam também tomar conhecimento sobre estas questões que são suscitadas, porque me preocupa a instalação deste projecto no Concelho e há aqui questões sérias sobre o mesmo”. -----

----- Este Requerimento será enviado à CMMV e aos Senhores Líderes dos Grupos Municipais. -

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Temo poder levantar aqui algumas questões, em quantidade, talvez não muito apropriadas para uma única reunião. Tentarei ser o mais sucinto possível apresentando apenas as questões mais genéricas, mas como já tive oportunidade de referir os culpados foram os eleitores que só deram os votos para um eleito neste grupo, por isso tenho que ser eu sempre a fazer aqui todas as preces. -----

----- Começo pelo encerramento de escolas: é um tema que está na ordem do dia, que preocupa o País de norte a sul e que aparece em notícias contraditórias em cada semana que passa. Começaram por falar em encerrar 500 escolas no País e pelo que se sabe, neste momento, só no Distrito aponta-se para 150 e o Concelho de Montemor-o-Velho não deixa de ser tocado por este efeito. Pelo que se sabe está previsto encerrar 5 escolas no Concelho – a do Meco e a do Zambujeiro, indo os alunos para a escola de Arazede que está sobrelotada; a de Quinhendros e a do Moinho da Mata, atirando os alunos para a escola de Montemor-o-Velho também já superlotada com 4 turmas de 25 alunos cada, mais o pré-primário e a escola de Reveles que, pelos vistos atirárá os alunos para a escola da Abrunheira. É evidente que a situação do Zambujeiro com 3 alunos, do Meco com 7, de Quinhendros com 4, do Moinho da Mata com 3 e de Reveles, também, com 3, suscita problemas de várias ordens – manutenção dos lugares dos professores, das próprias escolas e de desenvolvimento das populações. É verdade, como já referi, que Montemor-o-Velho e Arazede como principais receptores dos alunos do Zambujeiro e Meco, de Quinhendros e Moinho da Mata estão pelas costuras e exigem a criação de novas infra-estruturas. Assim, como é que vão ainda suportar esses alunos e, eventualmente, os que surgem nos próximos anos na sua área de influência. Sabe-se e é conhecido que Montemor-o-Velho está a crescer em população e que a actual estrutura já não é suficiente e, portanto, era bom aqui questionar se a CM e as JF foram ouvidas sobre este assunto; e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

quais foram as respectivas posições; se a CM vai pagar o transporte ou garantir o transporte dos alunos das suas localidades para as escolas que vão frequentar ou se vai manter-se o princípio de que só se pagam transportes para distâncias acima de 3 quilómetros? Francamente, neste momento, ainda não avaliei se entre a Abrunheira e Reveles são mais ou menos de 3 quilómetros; se entre o Moinho da Mata e Montemor-o-Velho são mais ou menos 3 quilómetros, mas era importante saber se foram acautelados todos os aspectos referentes quer às escolas receptoras, quer aos alunos que saem das suas terras para outras vizinhas e, portanto, qual foi a posição da Câmara e das Juntas de Freguesia, se foram ou não ouvidas e o que é que pensa disto. -----

-----Relativamente às Extensões de Saúde: é, também, assunto da ordem do dia o Plano de Reestruturação dos Serviços de Saúde do Concelho de Montemor-o-Velho, que foi já debatido no Conselho Municipal de Segurança (CMS), com grande participação de alguns Membros desta AM.

-----Por aquilo que me foi dado saber e é importante que a AM tome conhecimento da perspectiva, pelo menos aquela com que fiquei no dia da reunião do CMS, em que se soube que o Centro de Saúde, através da sua Directora ou da Direcção, terá proposto que os Serviços de Saúde no Concelho de Montemor-o-Velho passassem a ser divididos. Permitam-me alguma ausência mais técnica na linguagem da saúde, mas o que me foi dado perceber foi que será algo do género de manter 2 Extensões - a de Arazede e a de Montemor-o-Velho. A de Montemor-o-Velho seria subdividida, no que acaba por ser as sub-Extensões, pela Carapinheira, servindo Meãs e Tentúgal, e por Pereira, servindo Santo Varão e Formoselha, passando Liceia, Seixo e Portela a pertencer à Extensão de Arazede, e, depois toda aquela aba de Abrunheira, Reveles, Vila Nova da Barca, Verride, Ereira e Gatões passariam a ser servidos pela Extensão de Montemor-o-Velho. Esta atitude há-de pressupor o encerramento do SAP e, penso que o Vereador Pedro Machado, vice-presidente da Câmara, não me deixará mentir que no essencial é esta a ideia. Muitas foram as desculpas apresentadas e, quando, questionada a Directora do Centro de Saúde sobre os problemas de transporte e sobre o baixo rendimento da maior parte dos utentes do Serviço de Saúde do Concelho, nomeadamente reformados que são mais de 35% da população, referiu que ninguém ficava a mais de 7 quilómetros de uma Extensão. É lógico que a Senhora ainda não se deve aperceber que o serviço de helicópteros não funciona em Montemor e, portanto os utentes da Abrunheira para chegarem a Montemor-o-Velho andam mais de 8 quilómetros. Neste momento era importante saber, após as reuniões havidas em Lisboa com o Ministro se há alguma novidade, algum desenvolvimento relativamente a esta matéria, bem como relativamente ao encerramento do SAP. A propósito recordo que há algumas Freguesias de Montemor-o-Velho que estão em grande crescimento da sua população e, portanto, faria era sentido ampliar os Serviços de Saúde e não reduzi-los. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- Gostava, também, de me pronunciar sobre uma resposta a um requerimento que fiz sobre os estudantes estrangeiros que frequentam os estabelecimentos de Montemor-o-Velho que nada me diz. Informa-me exactamente daquilo que eu informei a Assembleia, e, portanto, nada me diz de novo pois já se sabia que eles só recebiam aquele montante miserável para viver o mês todo e que não tinham outro qualquer apoio. A questão que coloquei era se a Autarquia estava ou não disposta a equacionar soluções no sentido de minimizar as dificuldades dos próprios e, já agora, solicitar ao Vereador Pedro Machado que transmita à Administração das Escolas que não necessitam de confrontar os estudantes pelo facto de terem desabafado algumas das suas preocupações e alguns receios sobre a sua condição, pois não recebem há um par de meses ou estão a viver mal. Esta é a verdade, toda a gente a conhece e, portanto, continuo sem ter resposta àquilo que perguntei que é, se a Câmara equaciona alguma hipótese de actuação ou se existe ou não algum plano de apoio adicional a estes estudantes, no sentido de evitar um conjunto de situações que podem surgir.

----- Ainda uma outra questão: a das Piscinas da APPACDM e do ginásio não existente. É sabido que durante os quase 4 anos do anterior mandato da actual Maioria, fez-se algum investimento nas piscinas da APPACDM, quer a nível de balneários, quer a nível do próprio tanque, no sentido de aproveitar aquela estrutura para a utilização dos alunos das escolas do Concelho. Construiu-se, então, a Piscina Municipal e, pelos vistos, aquela infra-estrutura foi abandonada e não é frequentada por ninguém. A própria Instituição, APPACDM, não tem meios a nível local e a nível distrital não se providenciam meios para poder manter esta instalação. Assim, gostava de saber se a Câmara tem algum objectivo definido para aquele espaço, uma vez que foi graças à sua intervenção que esta piscina funcionou durante quase 4 anos e serviu os jovens do nosso Concelho. -----

----- Por outro lado queria agradecer o facto do Executivo ter acedido ao pedido feito na última reunião e de ter incluído um ponto sobre o PDM na Ordem do Dia da Sessão de hoje e que esperamos traga boas notícias. -----

----- Relembro a situação da casa da família Alice Morais, mãe e filha, levantada na última Assembleia, pois penso que era bom que se obtivessem respostas às perguntas que são feitas. Quanto mais não seja dizer que ainda não temos resposta ou outra informação qualquer, mas pelo menos não obrigar a que numa sessão se faça uma pergunta e depois tenha que repetir diversas vezes até obter resposta, mas, queria saber se há alguma novidade em relação a essa situação. -----

----- Antes de terminar, expresso um voto de felicitações ao Membro da AM, Armindo Mota, pela sua recente eleição para a presidência da Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e desejar-lhe a força e o ânimo suficientes para ultrapassar a grave crise em que a Associação tem estado situada nos últimos anos. É um voto sincero e, espero que ele seja capaz de levar o barco a bom porto e de poder fazer esquecer estes últimos 4 anos passados de mau ambiente e de mau convívio na Associação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

-----Para terminar: na última reunião registou-se uma certa troca de palavras, entre o senhor PC e eu próprio, a propósito de uma frase que não ouviu, mas quis comentar por aquilo que lhe pareceu, sobre a questão da permuta de um terreno para fazer um furo na Freguesia de Tentúgal. Pela leitura da acta que nos chegou às mãos ficou esclarecido que, de facto, ninguém acusou ninguém de fazer qualquer cabala. Pelo contrário, o que foi dito foi que não acreditava que houvesse uma cabala e, o que quis salientar na altura foi a estranheza porque é que se fez o furo primeiro e só depois se pediu autorização para fazer a permuta. Como sempre, gostava de repor esta verdade, porque a maior parte das vezes é fácil afirmar ou acusar e, por isso, devia ser fácil reconhecer que se errou. É tudo.

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Muito obrigado senhor PMAM: ao longo do mandato anterior da actual maioria, foram feitas promessas que, quer queiram quer não, não cumpridas. Na altura estávamos num Novo Rumo, hoje estamos num Rumo Certo - não entendo bem de “rumos” - mas penso que o Concelho é um Concelho arrumado e sem rumo. Nesse sentido, à Freguesia e Vila de Pereira fizeram-lhe uma promessa referente à recuperação dos Celeiros dos Duques; é efectivamente um imóvel muito querido na Vila para a realização de vários eventos e para utilização por parte das várias Instituições e Associações existentes. Não esqueço que pelo actual Presidente foi dito o seguinte: na era do PS tudo prometiam e nada faziam. Aqui tenho que dizer é verdade porque prometeram e não fizeram, mas deixaram um projecto que foi muito trabalho e o Senhor Presidente, então, disse que uma vez que o PS tinha prometido e não o fez, neste mandato cumpriria a promessa, realizaria as obras e de, seguida, transferiria a propriedade para a Junta de Freguesia de Pereira. Meus Senhores e minhas Senhoras, já decorreram mais de 4 anos e tal promessa não se concretizou. O que é que pensa o povo daquela freguesia? O que é que pensa o povo das 14 freguesias das promessas feitas pelos Políticos e não cumpridas? Dizem eles, são todos uns mentirosos. Eu penso que não, mas até à realização do prometido já decorreram estes tempos e não se materializou tal promessa. A Freguesia e Vila de Pereira tem também prometido, naquele mandato, a recuperação da escola velha ou escola da Torre, para ali ser sedeada a Junta de Freguesia em instalações condignas. O que é certo é que, até hoje, a escola velha continua na mesma e a JF continua a ter a sua sede precariamente em instalações que são pertença da Santa Casa da Misericórdia de Pereira, portanto, mais uma promessa e não cumprida. Hoje, a Santa Casa de Misericórdia de Pereira que é uma Instituição pobre, sem grandes meios, tem uma nova Direcção e um novo Provedor animados em andar para a frente e de criar instalações que possam permitir aos idosos, à infância e à juventude fontes de atracção e pontos de construção para um meio mais social que ofereça condições aos que mais nos preocupam - os idosos. A Santa Casa da Misericórdia tem a oferta de uma dádiva para a construção de uma creche – falta-lhe o terreno para a edificar tendo-se perspectivado, a sua construção para o local onde está hoje a sede da Junta de Freguesia de Pereira. Sei que o Senhor Presidente é uma pessoa sensível a estas situações e está a acompanhá-la; mas o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

que queremos, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, é celeridade na sua resolução. É esta preocupação que deixo ao actual Executivo - para quando a materialização destas promessas. Obrigado”.-----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Muito boa tarde Excelentíssimo PMAM, vice-presidente da Câmara Municipal, digníssima MAM, Vereadores, colegas Membros da AM, cumprimento especial aos Membros que hoje fazem parte dos trabalhos pela primeira vez neste mandato, Oliveira e Sousa e Milena Faria e digníssimo público presente. -----

----- Antes de começar a minha intervenção terei que me referir às doutas palavras proferidas pelo Membro Oliveira e Sousa que é uma pessoa que conheço já há uns anos, que é um benemérito, é uma pessoa de bem, contudo em muitos aspectos penso que continua a ter uma ideia muito redutora sobre o que é o Concelho de Montemor-o-Velho. Não tem culpa; tem uma actividade profissional que o obriga a estar longe, ele também tem pena de não poder passar mais tempo no Concelho, mas efectivamente, isto, às vezes dificulta um pouco o conhecimento do Concelho e da actividade Municipal. Digo-o devido a determinado tipo de observações que foram feitas logo na primeira intervenção, na altura da leitura dum requerimento, em que falou na falta de rigor e de insensibilidade para com a causa pública do Executivo. As palavras são as suas, só as transcrevi. Fala também em promessas não cumpridas. Permita-me que lhe lembre que estamos num Estado de Direito e Democrático; felizmente há eleições Autárquicas onde o povo do nosso Concelho demonstrou grande maturidade nesta e noutras ocasiões; não venha para aqui carpir mágoas, porque o mandato anterior foi julgado pelo povo do Concelho. Ainda existem dúvidas? A democracia funciona; questões pessoais são nefastas tanto a um grupo político como a outro, por isso não envolvam questões pessoais, não personalizem os desentendimentos. Falamos aqui num todo, colectivo e num interesse superior que é o interesse do nosso Concelho. A democracia funciona e o PMAM, quando numa forma soberana e superior o interrompe porque se está a desviar do tema tratado na altura, devo dizer-lhe que é correcto, porque cabe à distintíssima MAM dirigir os trabalhos e temos que ser razoáveis. É para isso que aqui estamos e temos que respeitar os Órgãos e os regulamentos que aprovámos.-----

----- Prosseguindo na minha intervenção rendo o meu profundo respeito ao povo de Montemor-o-Velho e de Portugal pela elevada postura democrática e adesão ao último acto eleitoral que acabou com a eleição do novo Presidente da República Portuguesa, o Senhor Professor Aníbal Cavaco Silva. Glória ao vencedor, honra, muita honra aos vencidos. A maturidade democrática dos portugueses e consequente também dos Montemorenses indicaram-nos um caminho claro - o caminho da responsabilidade, da estabilidade e da ética política do sentido de Estado. Os portugueses pensaram seriamente no amanhã, no seu futuro e no dos vindouros. Realço aqui a lufada de ar fresco que a candidatura de Manuel Alegre veio dar a esta eleição. Este cidadão da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

Cultura e amante da nossa Região livrou esta eleição do sem sabor a que ela parecia estar destinada. Após estas considerações ao último acto eleitoral, quero dizer-vos que, na realidade, quando nos referimos às política de saúde, de educação, financeira ou outra, quem as dirige, em termos superiores e no País, é o Governo da Nação. Neste momento é um Governo maioritário que foi, efectivamente, mandatado de uma forma soberana pelos portugueses e temos que aceitar, efectivamente, com a humildade democrática esta situação. Lembro, também a questão económica e de desenvolvimento já que o PIDDAC / 2006, para o nosso Concelho, teve um crescimento zero, aliás, foi imputado a alguns investimentos a realizar como serviços estatais. As transferências financeiras para o Município são iguais às do ano anterior, assim como o montante global atribuído às 14 Freguesias; no entanto, a Câmara Municipal, usando de uma política estabelecida no anterior mandato, tem vindo a transferir igual valor para as Freguesias, tendo mesmo este ano excedido ligeiramente os 510 mil euros. Ironicamente, alguns investimentos acabaram por baixar como é o caso que se refere às Extensões de Saúde que estavam previstas e que agora querem encerrar pelo que não se entende como é que se colocam em PIDDAC verbas para o ano, mas isso é outra questão. -----

-----Relativamente à questão económica, sabemos que o Concelho de Montemor-o-Velho, sempre foi um Concelho não industrializado, muito ruralizado, não existindo zonas industriais nem parques de negócios. A política autárquica desenvolvida pela coligação Rumo Certo e agora Novo Rumo, como queira chamar-lhe, desenvolveu 2 parques de negócios - o de Montemor-o-Velho e o Logístico e Industrial de Arazede. Para Montemor-o-Velho o Governo já anunciou que vem a AGNI, sobre a qual já se discutiu, há 2 ou 3 anos atrás, aqui nesta sala, com os Técnicos do Superior Técnico e com a liderança da Câmara Municipal que, efectivamente, foi muito perspicaz neste tipo de negociação com a AGNI ENERGY. Ouvi, com atenção, o que disse o Membro Jorge Camarneiro; é natural que comecem a surgir algumas suspeitas, mesmo científicas, porque o dinheiro compra tudo, até saber. Efectivamente este é um investimento em tecnologia de ponta que é extremamente apetecível por muitos outros sectores económicos do nosso País e por muitas outras regiões. É natural que se comecem a colocar questões considerando, até, que tal investimento vai mexer com interesses instalados no ponto de vista comercial e industrial ao nível das energias. É muito natural que isso aconteça; de todo o modo registei com muito apreço a forma como o Membro Jorge Camarneiro trouxe este assunto a este órgão, já que é importante para nós sabermos e possuímos todos os dados sobre a gestão do problema. É importantíssimo o contributo que nos trouxe, sem esquecer que a AGNI nos trás uma mais valia de um projecto de 64,1 milhões de euros e que, efectivamente é uma empresa de tecnologia de ponta que se propõe, através da investigação e do desenvolvimento, gerar um “*know how*” de conhecimentos podendo criar 55 postos de trabalho altamente qualificados e mais 145 postos de trabalho em termos gerais. É, realmente, um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

investimento de ponta, bastante importante porque se trata, efectivamente, de tecnologia de ponta na produção de pilhas de combustível e de tecnologias de processamento de hidrocarbonetos, pelo que a este nível é ponto assente que existe uma mais valia e tudo graças à perspicácia desta Câmara que não dorme e que tem sensibilidade para gerar qualidade de vida aos munícipes e gerar emprego. Também no outro domínio industrial, é de realçar o investimento de 10 milhões de euros através da instalação da fábrica Via Láctea no Parque Logístico e Industrial de Arazede e que irá gerar cerca de 100 postos de trabalho directo. Senhor vice-presidente da CM tenho orgulho em poder felicitá-lo por estas excelentes vitórias. É com atitudes ganhadoras deste quilate que conseguiremos assegurar um melhor futuro para Montemor-o-Velho. -----

----- No domínio da saúde, participámos há poucos dias numa reunião do Conselho Municipal de Segurança(CMS), conjuntamente com o Membro Jorge Camarneiro e Presidentes de JF, onde repudiámos de uma forma clara e evidente a proposta que foi apresentada pela Directora do Centro de Saúde. Na altura afirmou que a responsabilidade da política da saúde não é sua, tão pouco do Governador Civil ou dos Governos Regionais - é do Ministro da Saúde e do Governo de Portugal. De momento, não vou empolar a situação, mas falta saber o que o Governo irá fazer, qual será a sua política para esta área tão nevrálgica; falta saber se, com todas as propaladas reformas e fecho de Extensões de Saúde e de SAP, se está assegurado o serviço público, já que isso é fundamental e se não se mata o Serviço Nacional de Saúde conforme já se vaticina e contesta com veemência um dos seus obreiros, o ex-Ministro António Arnault. Já o Presidente Sampaio afirmava aos portugueses, na altura de outros Governos, “atenção, mais atenção ao social, às diferenças, porque há vidas, muitas vidas para além do deficit”. O Governo não deve acabar com as políticas por decreto. Pergunto - Onde estão as condições de mobilidade de pessoas idosas, pessoas diferentes, pessoas deficientes e outras que não dispõem de rede de transporte adequadas? A continuar assim, e aqui não pode existir Poder nem Oposição, estamos todos do mesmo lado e engane-se quem com algumas responsabilidades legais tente fazer fugas para a frente tentando efectivamente defender-se junto das populações de uma questão que a nível local ninguém tem culpa, quem é responsável por esta política? É o Governo da Nação. Temos de, em conjunto, juntar esforços e fazer ver a essas pessoas que terão que arrear algum caminho no tipo de reformas que querem implementar. Por agora, fico por aqui. Obrigado”.-----

----- O VP da CM, em substituição do PC, pediu a palavra para prestar os esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Muito obrigado, senhor PAM. Aproveito para cumprimentar a digníssima MAM, todos os Membros presentes, o público que está a assistir, de modo particular o grupo do curso EFA da Abrunheira, já que é bom sinal que venham a esta casa, considerando que, de facto, ela é a casa do povo do Concelho e saudar, também, os representantes da Comunicação Social. Irei ser breve e o mais objectivo possível nos comentários que vou fazer, respondendo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

desde já, ao Membro Jorge Camarneiro a três questões que me dizem directamente respeito, deixando para a intervenção do Senhor PC, duas respostas específicas: a primeira, sobre a questão da saúde, tendo em consideração que foi ele quem tratou do assunto e tem informações mais recentes, nomeadamente as emanadas de uma reunião com o Senhor Director Regional da Administração Regional de Saúde que me parece serem pertinentes explicar aqui e a segunda sobre a piscina da APPACDM que diz respeito, como sabe, ao Pelouro do Desporto que está a ser, naturalmente, por ele coordenado. -----

----- Quanto a uma das questões colocadas pelo membro Jorge Camarneiro, o encerramento das escolas. Como sabe, é uma medida preconizada pelo Ministério da Educação mas não me vou refugiar nisso; vou dizer exactamente o que penso e ao que a CM tem acesso e é da sua própria competência nesta questão. Esta é uma medida que nos foi anunciada não só, através dos Órgãos da Comunicação Social mas também, do próprio Ministério da Educação, veiculada pelo Director Regional da Educação que, refiro, teve um comportamento exemplar com a Autarquia de Montemor-o-Velho não só na passagem da informação, como na sua própria deslocação e equipa ao Município de Montemor-o-Velho. Em tempo oportuno realizámos visitas a algumas escolas dos agrupamentos de Montemor e de Arazede e à própria EBI de Pereira, que merecia, por si só, uma visita mais demorada tendo em consideração o conjunto de questões que, à volta dela existem, algumas delas já levantadas nesta AM, em mandatos anteriores e que, do nosso ponto de vista merecia, de facto, uma atenção especial. Muito sumariamente e para que a própria AM possa ficar tão esclarecida quanto possível, o ME definiu alguns objectivos para consolidar esta medida de suspensão de escolas do 1º CEB; deles destaco apenas 2 ou 3 a título de informação para que nos possamos situar naquilo que foi dito - combater o abandono e o insucesso escolares; melhorar as condições de aprendizagem; diversificar as interacções dos alunos; generalizar a utilização dos meios pedagógicos e equipamentos; melhorar as condições de trabalho dos professores. Genericamente, foram estes os objectivos gerais, os chavões que foram encontrados para, do nosso ponto de vista e do ponto de vista da tutela ser justificada a informação da suspensão das escolas que referiu e que coincide com a realidade para o próximo ano lectivo de 2006/2007. -----

----- Segunda nota: os três Agrupamentos de Escolas do Concelho - Montemor, Arazede e Carapinheira – fizeram, eles próprios, uma proposta tendo por base o seu conhecimento da realidade e que remeteram para a DREC dando o parecer daquilo que pensam ser o essencial para a tal requalificação da rede educativa para o próximo ano lectivo. Por iniciativa da CM, convidei-os, antes de emitirem parecer para se sentarem connosco para, de alguma forma, podermos discutir entre aquilo que são as competências da Câmara e o que é a realidade local. Sabemos que os pareceres que entregues à Direcção Regional ou mesmo Central, que está longe e que às vezes é um bocadinho autista e, até, teimosa, caem no esquecimento ou pouco valor lhes é dado. Fizemos o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

trabalho de casa para que, de facto, tudo pudesse ser levado em conta naquela proposta de suspensão porque a medida da tutela está tomada; pode haver num ou noutro processo alguns recuos em situações muito especiais, específicas e características de cada um dos meios: No entanto, não tenhamos dúvidas que os objectivos da política educativa traçados para os próximos anos, sobretudo para este mandato de 4 anos vai ser a de suspender escolas com menos de 10 alunos, numa 1ª fase e, numa 2ª fase, em 2007/2008, a do encerramento de escolas com menos de 20 alunos. Esta é uma realidade que o ME tem como certo e nós ponderá-mo-la, emitimos o parecer e, de facto, tudo aponta para a suspensão das escolas que aqui anunciou que têm, na verdade, menos de 7 alunos, mas não o fizemos de maneira cega, como não poderia deixar de ser. Quando se pergunta se não foram ouvidos os PJF, este “não foram ouvidos” é relativo, tendo em consideração que o não foram, especificamente, para o parecer que os Agrupamentos tinham de emitir para a DREC, mas já foram ouvidos e sei que têm outra reunião marcada com o PC onde vão ser apresentadas, pela segunda vez, as conclusões e o relatório final do trabalho da carta educativa do Município de Montemor, onde tiveram oportunidade de se manifestar aquando do estudo e terão, também, uma palavra aquando da elaboração do relatório final. O que é que isto tem a ver com a pergunta do Membro Jorge Camarneiro, se foram ou não ouvidos os PJF? Tem a ver porque estamos a fazer um trabalho de acerto entre o que hoje é proposto e aquilo que é preconizado na carta educativa municipal, nomeadamente a construção de 3 Centros Educativos (CE) no Concelho. Estes sim, permitirão realizar, com sucesso, as preocupações que aqui manifestou que também são as nossas e que é drenar os alunos de escolas periféricas que vão ser suspensas para outras EB1, sabendo nós que elas estão, neste momento, com a capacidade esgotada. As condições que colocámos e apresentámos e que o Director Regional de Educação veio confirmar é que a ser realidade a suspensão dessas escolas, teremos que agir rapidamente na EB1 de Montemor, criando um CE, na EB1 de Arazede criando um segundo CE e, na Carapinheira criando um terceiro CE. Os CE são, generalisticamente, escolas para o 1º ciclo com um conjunto de valências das escolas do 2º ciclo e secundário, chamemos-lhe Básicas Integradas e com a valência do Jardim-de-infância. É isto que estamos a discutir e que amanhã os PJF vão, de alguma forma, ver e também poder opinar em relação às próprias Freguesias que administram fazendo aqui um trabalho de concertação. Resumindo: a CM foi ouvida, de facto e, aqui, registo, uma vez mais, o diálogo existente com o Director Regional de Educação; os órgãos directivos dos agrupamentos vieram à CM, apresentaram as suas propostas, que não validámos todas. Não foi um trabalho de validação, puro e simples, de todas elas e estamos a fazer crer ao Director Regional de Educação que, para o caso concreto de Montemor-o-Velho, a aplicação cega da medida que o ME quer implementar tem alternativas como a construção de novas unidades escolares e melhoramento de outras como, por exemplo, nós temos vindo a realizar. Não temos dúvidas nenhuma que onde intervimos em obras concretas e estou a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

lembrar-me da Portela, das Meãs, dos Pelichos, do Seixo que vai ter biblioteca, da própria Carapinheira que vai ter também biblioteca, criámos condições para que essas EB1 sejam consolidadas.-----

-----Segunda questão: em relação à ADA – a CM, após receber o requerimento que V. Ex.^a entregou à MAM, solicitou, naturalmente, à Direcção das Escolas Profissionais alguns esclarecimentos sobre o explanado. As respostas vieram da Direcção das referidas escolas e, estou certo, através da MAM, chegou às suas mãos. Quanto aos esclarecimentos apresentados que conheço e julgo estarem um pouco para além da sua questão, tenho a dizer-lhe que, para esses alunos, estão, neste momento, em apreciação um conjunto significativo de bolsas de estudo a serem atribuídas brevemente, não só para eles, mas para todos os do ensino secundário profissional e superior onde estão incluídos muitos dos casos que refere, assim como foram encaminhados para o GISCS, Grupo de Intervenção Sócio-Comunitário, algumas das preocupações que manifestou.-----

-----Terceira questão: a situação da casa da D. Alice aqui em Montemor – solicitei ao Vereador responsável pela área que me pudesse dar um esclarecimento e o que lhe posso dizer é que foram elaborados pela Câmara Municipal os projectos de arquitectura e de especialidades e que foram dados à Munícipe que aqui faz referência.-----

-----Quanto ao Membro Mário Pardal, e estou propositadamente a saltar um pedido de esclarecimento, de facto, agradeço-lhe de alguma forma o cumprimento que endereçou a mim próprio e em meu nome ao PC e a todo o Executivo que tem pautado a sua acção, do nosso ponto de vista, pelo melhor que sabe e pode. Estamos certos que o trabalho que fazemos é sempre em prol de uma comunidade com a qual assumimos compromissos muito sérios de respeitar e de tudo fazer para que ela tenha, de facto sucesso.-----

-----Quanto à questão das Presidenciais, dos investimentos no Concelho e, especialmente, da Saúde, permita-me apenas que reforce o que referiu e que continuamos preparados para trabalhar de modo a que o que idealizámos para o desenvolvimento do Concelho possa continuar a acontecer.---

-----Apenas uma nota em relação ao projecto AGNI que é um dos requerimentos que foi apresentado pelo Membro Jorge Camarneiro. O projecto AGNI é de facto particular e, por isso, compreendo as preocupações que aqui colocou. No entanto, pese embora aquilo que vou dizer não substitua o requerimento, como é óbvio, o projecto AGNI foi, de facto, apresentado pelo Ministro da Economia, pelo Ministro da Agricultura, pelo Ministro do Ambiente e, também, com a presença do Primeiro Ministro. Isto significa que à partida é um projecto que face à importância, ao alcance e à amplitude que insere, não pode ter sido feito sem preocupações, no mínimo, consistentes para a sua aplicação, até porque tem esta nota em particular: consegue juntar a uma mesma mesa Ministérios que até há bem pouco tempo, independentemente de quem lá esteve e de quem governou, não tinham uma linguagem muito comum. O projecto AGNI é, como sabem, um projecto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

de uma empresa Malaia, com sede fiscal nos Estados Unidos e também com parte financeira em Singapura e este projecto entra na Europa por Montemor-o-Velho. Pela sua amplitude e pela importância, aliado ao facto de envolver e querer desenvolver projectos das chamadas energias limpas alternativas, é um projecto que, à partida, tem que ter garantias de respeitar as condicionantes que o Membro Jorge Camarneiro aqui apresentou no requerimento que também foi apresentado na Assembleia da República. Não pretendo, com isto, substituir as questões que levantou; pretendo, no entanto que fique bem claro que, do nosso ponto de vista, pela grandiosidade daquilo que encerrava pretendemos ver acauteladas todas essas condições. -----

----- Senhor PAM e MAM: deixei, propositadamente, para último a resposta à intervenção do Membro Oliveira e Sousa. Confesso-lhe que, com alguma dificuldade, vou tentar expressar-me. Com a amizade que sabe que lhe tenho, reafirmo que as pessoas não deixam ou passam a ser diferentes em função do seu posicionamento político momentâneo e, por isso, confesso que tenho três dificuldades perante a afirmação que fez - vou cingir-me ao que disse e entenda isto como referência ao que disse, não ao que é. A primeira dificuldade é que se me refiro a si como ex-elemento da família Social Democrata e da Coligação, pese as afirmações que fez, não é e, portanto, não me vou referir a elas nessa qualidade; a minha segunda possibilidade era referir-me a si como elemento da família Socialista e, tentar integrar a resposta que lhe quero dar num contexto político que o PS tem, legitimamente, neste Concelho ao longo dos últimos anos, mas também não é. Lembro que já nos causou alguns engulhos a nós e julgo que vai agora causar ao PS, mas isso de facto não é uma questão que me diga respeito. A terceira nota, era eventualmente dirigir-me à afirmação que faz enquanto líder do Grupo do PS uma vez que está a substituir o Membro Fernando Ramos, como fez questão de fazer referência, mas também não é, e, portanto, não é nenhuma das três coisas que eu disse até agora o que me levanta alguma dificuldade objectiva em lhe poder responder. O Senhor é, natural e efectivamente, um eleito legítimo do substituto e, portanto, quero acreditar que a afirmação ou afirmações que fez estão no mínimo deslocalizadas, porque afirmou que este Executivo não cumpre, não fez e não faz e continua em campanha eleitoral. Das duas uma: se fosse verdade o que disse e correspondesse à realidade, provavelmente estaria sentado aqui neste lugar e não aí; dá-me a ideia que quer chamar “estúpido” ao povo deste Concelho, e, eu, redondamente, lhe digo que ele não o é. A afirmação que fez, na forma como a fez, só pode querer dizer estas duas coisas e apesar de continuar a ter por si o mesmo sentimento pessoal que já referi, vou dizer-lhe, para responder à sua questão, apenas que vamos manter o Novo Rumor, porque acredito que Montemor está de facto no rumo certo”.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Relativamente às escolas, uma questão que não foi respondida, e que para mim tem alguma importância e que é saber se vão ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

acautelados os transportes dos alunos, mesmo nos casos em que ultrapasse os 3 quilómetros, definidos por lei. Esta é uma questão importante. -----

-----Sobre a questão dos estudantes estrangeiros e das bolsas de estudo, como sabe, o ano passado foram contemplados 2 ou 3 e nenhum daquele País, dos que estão em pior situação e, portanto, espero bem, mas não estou a ver que seja possível enquadrar tantos. De qualquer das formas acho que a resposta é curta, relativamente à questão em análise. -----

-----Sobre a questão da casa da D. Alice que tem 90 anos e a filha já é pensionista, doente, com baixo rendimento, sabemos que a CM colaborou com a elaboração dos projectos de arquitectura e de especialidade uma vez que a casa se encontra na área abrangida pelo Castelo e, portanto tem que ter projecto de arquitectura. A verdade é outra; ou seja, não houve acompanhamento por parte dos serviços técnicos da Autarquia o que permitiu que a obra fosse executada por um vigarista que utilizou o número de alvará de um outro empreiteiro que desapareceu e levou o dinheiro às 2 senhoras e as deixou sem casa praticamente, sem paredes, sem telhado, chovendo lá dentro como chove na rua. Portanto, a questão que se coloca é a seguinte: saber se a CM é sensível para esquecer, eventualmente, algumas situações menos agradáveis de tratamento e auxiliar na resolução desta questão. Tão simples como isto, saber se o projecto foi feito, eu sei e sabemos todos que o projecto foi feito, não sabemos é se há a possibilidade de encontrar uma solução satisfatória. -----

-----Finalmente e quanto à questão da AGNI, tenho duas coisas a dizer. A primeira: o Vereador Pedro Machado disse e bem aquilo que entendeu de uma forma correcta, escoreita sem nenhuma outra intenção. Relativamente ao líder do Grupo da CMNRC gostava de dizer que às vezes não fica bem saber de tudo, pronunciar-se sobre tudo, falar sobre tudo; eu sou obrigado a fazê-lo porque sou o único, mas ele fala, pelo menos, com grande convicção e considera tudo bem desde que venha da Maioria ou da própria CM. Não disse que o projecto é mau, mas também não insinuei que quem admitiu este projecto ou quem o está a admitir tem o seu saber comprado, da mesma forma como não gostaria de ouvir dizer que quem está a colocar questões do âmbito científico ou outro que tem o saber comprado. Não é fácil comprar saber na área onde me insinuo e onde me insiro; portanto, não temos que nos pronunciar sobre cada coisa e sobre tudo e, especialmente, não temos que insinuar do alto da nossa Maioria absoluta coisas que são menos correctas. Este era um favor que eu pedia, porque senão sou obrigado a recordar-me de alguns dos actuais Membros da Maioria que há dois anos apoiavam o Governo que já nessa altura estava a combater as escolas e as extensões de saúde e sou obrigado a lembrar-me, ainda há mais anos, de alguns representantes desta mesma Maioria que estavam aí numa luta contra o imperialismo americano e contra os fascistas cá da terra, mas não estamos nessa altura e, aqui não há saber que se compre. Disse”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

----- O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Ao ouvir as palavras do Senhor vice-presidente, Pedro Machado, tenho que dizer que a reciprocidade em termos institucionais e de amizade é idêntica. -----

----- Quanto à parte política que referiu dir-lhe-ei, como outrora lhe disse, “fala muito e nada diz”. V. Ex.^a é a pessoa que tipifica aquilo que o nosso querido Poeta Afonso Duarte disse “tem medo das sombras”. Dir-lhe-ei que tenho muito respeito pelas estrelas e V. Ex.^a é uma estrela que já luz há muito tempo; há tanto, tanto tempo que dessas estrelas eu tenho pena delas. No entanto, quanto aos itens que me referiu e quanto aos engulhos que lhe causei, está enganado. O povo não é “estúpido”; o povo, por vezes, é levado, o que é diferente e, neste princípio, dir-lhe-ei que em substituição e legitimamente estarei aqui no lugar do Membro Fernando Ramos. Estou aqui como Membro do PS; o carácter que me leva a estar aqui é um carácter certo, honesto e democrático, contudo não deixarei de ser livre no meu pensamento, porque, quanto ao meu pensamento e à minha razão ninguém me cala. Nesse sentido, dir-lhe-ei que os tais engulhos são pela causa pública e não pela causa do princípio ou da quebra da solidariedade. A causa pública teve sempre para mim um grande interesse; terá sempre, até para o poder não se esquecer dos menos favorecidos, daqueles que querem falar e não falam, daqueles que gostariam de falar e não sabem. Quando, em Fevereiro de 2002, falei, foi num conjunto de situações que se me depararam em sensibilidade, não “vossa” como me referi, e não “nossa” na altura, mas foi uma situação criada e, depois de serem alertados não conseguiram ultrapassá-la, nada fizeram por ela e o resultado está à vista e ninguém lhe mexeu e, por isso, eu continuarei aqui. Não estou aqui para causar engulhos a ninguém que não é esse o meu princípio; o meu princípio pauta-se sempre pela honestidade, pelo carácter e pela defesa intransigente da causa pública. -----

----- O problema que se levanta é quanto às promessas como eu disse, mas V. Ex.^a disse mais daquilo que eu não disse. Vou só lembrá-lo: “essas promessas não cumpridas” não disse que Vossas Excelências não as vão cumprir; disse é que elas não foram cumpridas até hoje, não se materializaram. A transferência do Celeiro dos Duques para a JF não está materializada e foi uma promessa na altura da campanha eleitoral; as obras na escola da Torre não estão efectuadas e a sede da JF de Pereira, que é a quarta freguesia ou a terceira, e, amanhã será a primeira ou a segunda do Concelho em termos demográficos, em termos de população, face aos cerca de 400 fogos que lá estão construídos, é óbvio que merece ter instalações condignas e, até agora, não se materializou. Nem me passaria pela cabeça dizer que são mentirosos; não, nada disso; nem digo, nem penso; as palavras são suas, mas continuo a reafirmar que há coisas que não estão materializadas. A minha sensibilidade passa, também, pelo facto de uma Instituição que é a Santa Casa da Misericórdia, ter em mente e em mãos a construção de um Lar para 3^a Idade, para apoio aos idosos, porque os idosos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22**

ninguém os quer e, isso, temos que ter bem presente. Ora, para tudo isto eu só pedia um pouco mais de sensibilidade ao actual Executivo.-----

-----Quanto aos outros factores que referiu, como eu disse de início, não respondo e sabe porquê? Porque a minha humildade e a minha urbanidade é aquilo que é a ciência e a arte de estar aqui. Muito obrigado”.-----

-----O vice-presidente da CM, pediu a palavra, dizendo: “Senhor PMAM muito obrigado. Num minuto apenas e em relação à questão colocada pelo Membro Jorge Camarneiro, sobre os transportes para as crianças, cujas escolas vão ser suspensas e que distam mais de 3 quilómetros, é óbvio que só lhe posso responder que a CM só pode pagar aquilo que a Lei lhe permite - esta posição é taxativa. Nas situações em que as escolas suspensas, com crianças que distem menos de 3 quilómetros, eventualmente, têm que haver um esforço acrescido das famílias no sentido de poderem solucionar essa questão. A carta educativa vai levantar uma nova questão, para além da construção de espaços alternativos, complementares, requalificação, etc. - trás, também, a questão da articulação da rede de transportes escolares para o Concelho e, essa é uma questão séria, tão séria que vai implicar um reajustamento daquilo que é hoje a oferta dos transportes escolares e, que a CM soluciona através de empresas privadas, ou da articulação e protocolos com IPSS's que terá que ser forçosamente a medida a adoptar. A carta educativa vem levantar-nos várias questões e essa é, de facto, uma questão importante; vamos que ter de repensar quer à luz do parque educacional existente, quer com as alterações que vão ser provocadas com a suspensão dessas escolas numa redefinição já para o próximo ano lectivo da própria rede de transportes. Vamos esperar que as crianças que aqui invocou estejam já, de facto, em condições de poderem ter o transporte co-financiado ou assegurado através destas duas alternativas.-----

-----Já agora, acrescento também uma novidade que felizmente vem ao encontro daquilo que já era política corrente: o ME, este ano felizmente, olhou para este sector da educação, o ensino básico, de uma outra forma através da promoção de contratos com as Câmaras Municipais que têm a valência da alimentação que passa a ser co-financiada, o que não acontecia até aqui. Portanto, grosso modo, estamos certos que há-de vir por aí outra competência para as Câmaras que de que não iremos ser pagos, mas, pelo menos no esforço que estávamos a fazer ao nível da alimentação, vamos começar a ser ressarcidos dum valor que não cobre a totalidade dos custos, mas que já minimiza bastante o esforço financeiro que a CM faz.-----

-----Objectivamente e apesar do Membro Oliveira e Sousa não estar presente, respeito-o tanto dentro como fora da sala, permita-me referir: obras na sede da JF de Pereira, Celeiro dos Duques de Aveiro, Santa Casa da Misericórdia - são levantadas 3 questões, de facto muito sérias. Primeira: a CM não vai fazer obras na sede da JF de Pereira “*ad hoc*”, porque se o fizer tem que pensar que tem 14 JF e é preciso racionalizar custos e meios e, ao estabelecer protocolos de transferência de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

competências e meios financeiros para as JF, elas vão ter que optar. Sei que no caso particular da de Pereira há a aspiração da requalificação duma escola e que se propôs apresentar uma candidatura e bem, que transformaria aquele espaço escolar num bonito, útil e eficiente edifício sede. Segunda: a Santa Casa de Misericórdia de Pereira é, de facto, uma Instituição respeitabilíssima, como é a de Montemor, a de Tentúgal ou outras. No entanto, o projecto elaborado custa 1 milhão de euros e é bom que tenhamos a noção disto. Há bem pouco tempo, o PC convocou todas as IPSS's do Concelho para uma reunião de trabalho, onde estive a Santa Casa de Misericórdia de Pereira, de modo a poder levar ao Secretário de Estado da Segurança Social quais eram as preocupações do Município e é sempre nesta perspectiva de que nós temos primeiro que estabelecer prioridades e segundo saber exactamente de quanto é que estamos a falar e se é exequível. -----

----- Eu respeito muito, aliás, todas as Misericórdias e todas as JF como não podia deixar de ser, mas também tem que haver da parte dos agentes a interiorização de que não é só mandar palpites para o ar. Se as IPSS's do Concelho se aventurarem todas na execução de um projecto de 1 milhão de euros, cada uma, dos quais têm que ir buscar 50% de fundos próprios, quem é que lhes acode? Assim, manifesto a minha disponibilidade pessoal e que no caso particular de Pereira estou particularmente à vontade, porque, inclusive com a anterior Direcção, me desloquei a Lisboa para interceder junto das Entidades competentes no sentido de que aquele projecto pudesse ganhar alcance como faço com todas as outras, no sentido daquilo que me parece ser o serviço público que devo ter nesta casa. Foi, então, recomendado que se reequacionasse todo o projecto tendo em consideração que é bonito e útil, mas não se pode dar um passo maior que a perna e, portanto, sobre isso só queria retirar, de facto, a parte séria daquilo que o Membro da AM falou. Essa é que me interessa aqui, para dizer a todos os Membros da AM e a todos aqueles que de alguma forma têm uma participação cívica, para além daquilo que é a função autarca, de que estes projectos e estas questões não são assim lançados para o ar como se estivéssemos a falar de coisas pequeninas; estamos a falar de coisas muito sérias, de Instituições com muitos anos e muitos séculos de história e que é preciso que tenhamos isso em atenção. -----

----- Quanto à questão dos Duques de Aveiro: foi intervencionado requalificado. O Presidente da JF, aqui presente, bem como Membros da Direcção da ACDRP sabem que está a ser estudada a forma como vai ser gerido e, portanto, julgo que mesmo aí o Membro da AM não está a prestar um bom serviço à comunidade, mas isso são outras questões. Como não está presente na sala não vou tecer mais comentários. Obrigado Senhor PMAM". -----

----- **PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR** ----
 ----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDA**
 ----- **DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

----- O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Obrigado, Senhor PMAM. Corro, efectivamente, algum risco de me tornar repetitivo, porquanto na fase anterior tinha solicitado à MAM uma intervenção quando me apercebi que a metodologia iria ser ligeiramente diferente da sessão anterior e haveria alguns pontos que tinha alinhado na intervenção para esta fase que, obviamente, já foram discutidos. A questão da carta educativo do Concelho que foi trazida, em Dezembro, a esta Assembleia e a perspectiva que existe de que algumas escolas com menos de 10 alunos vão fechar já no próximo ano lectivo, outras irão fechar a seguir. Penso que, de alguma forma, o vice-presidente já respondeu a algumas destas questões mas há que acautelar, por parte da Autarquia, algumas situações que tem a ver com o transporte escolar das crianças e nos estabelecimentos que irão frequentar verificar os recursos materiais, nomeadamente as estruturas arquitectónicas, aquilo que é necessário mexer ou não para contemplar estas novas situações. Por outro lado, a questão da reorganização das Extensões de Saúde: obviamente, que nós manifestamos aqui de alguma forma a discordância quanto ao seu encerramento, até por uma questão de vocação e de formação profissional, pelo valor que damos aos cuidados da saúde primários, nomeadamente em termos da prevenção da doença e da promoção da saúde. São cuidados de proximidade, cuidados continuados, nomeadamente de garantia de cuidados iniciados em unidades hospitalares diferenciadas e, por isso, manifestamos a nossa discordância; apelamos à união de esforços para que isto não aconteça. Obviamente, sabemos que a política é do Ministério da Saúde, mas isto não impede que, localmente, possamos ter opiniões diferentes e possamos unir esforços no sentido de que esta reorganização seja feita sem prejudicar claramente uma população que é idosa e que tem, naturalmente, condicionantes de acesso aos serviços de saúde.-----

----- Relativamente à informação escrita, não encontramos nada sobre um problema que hoje vem sendo muito debatido na Comunicação Social e que é a gripe das aves. Sabemos, neste momento, que 15 Países da UE têm este problema, ou estão a lidar com ele em concreto; sabemos que, em Espanha, existem 2 casos de aves que estão a ser analisadas e se aguarda uma resposta; sabemos, por outro lado, que estamos numa zona de risco - temos zonas húmidas e temos aves migratórias que passam por aqui. Penso e de acordo também com a opinião científica disponível, que não existem razões para alarmismos, até não há uma prova evidente de que o vírus se transmite de forma directa ao homem, mas gostaríamos de saber qual o enquadramento que a CM, nesta altura, está a fazer face ao plano de contingência nacional para a referida doença. -----

----- Por outro lado, e ainda relativamente à informação escrita que nos foi enviada e sem prejuízo de outras intervenções que possam ocorrer do grupo do PS, em conformidade com aquela que foi a tomada de posição na sessão anterior, continuamos a pensar que seria interessante e desejável que o prazo provável de conclusão das obras pudesse constar dessa informação. Sabemos que os serviços fazem a fiscalização, tudo bem; mas continuamos a pensar que quanto maior for o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

número de pessoas que possuam a informação, maior será a pressão sobre as empresas para que cumpram os prazos. É evidente que pensamos que o objectivo é evitar claramente as derrapagens no tempo de execução, que ela ocorra em tempo útil e de acordo com os cadernos de encargos. Há pequenos exemplos que registamos e que chegam até este órgão. Vejamos: no início desta sessão o SMAM leu uma mensagem de um Município sobre as obras na estrada Formoselha / Pereira; na EB1 das Meãs onde, por altura da campanha eleitoral, se decidiu fazer um muro claramente para proteger as crianças, para lhe criar uma zona de protecção de defesa quando descem do autocarro em que vêm, até esta data, continuam por asfaltar os cerca de 50 metros quadrados”. -----

-----O vice-presidente da CM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Queria só dizer-vos que o PC está com a equipa de Planeamento que vai apresentar o último ponto da Ordem do Dia que é a informação sobre a Revisão do PDM. Estão a clarificar algumas questões que ele gostaria de ver aqui apresentadas, razão pela qual ainda não chegou, mas vou guardar para ele, tal qual como vos disse a questão das Extensões de Saúde, porque foi ele que esteve na reunião com o Senhor Professor Regateiro há poucos dias e que tem essa informação mais actualizada. -----

----- Quanto à escola das Meãs, o Vereador informou-me que está a acompanhar esse processo que é, de facto, uma pecha e estamos a tentar a cumprir o prazo de conclusão das obras. Há muitas obras em que o Membro José Costa tem razão quando diz que muitas das vezes, infelizmente, acontecem derrapagens. O que temos já feito tem sido por um lado a aplicação das respectivas coimas, pese embora nalguns casos sabermos que nem isso resolve, porque há empreiteiros que infelizmente parece preferirem as coimas, como aqueles anúncios de publicidade que nós vemos por aí espalhados por este País fora em que fica mais barato pagar a coima do que fazer a substituição ou a retirada desses aparelhos, mas neste caso concreto, não só posses administrativas de obras, como a aplicação de coimas tem sido práticas, já, frequentes da CM. Estes procedimentos podem ser verificados nas actas do Executivo, mas garanto-vos que este é um caso concreto que tem, neste momento, a atenção especial do Vereador Saltão, assim como a questão da família da D^a. Alice. Sei que esse é um caso muito particular que o Vereador tem acompanhado pessoalmente com a sensibilidade para poder ir ao encontro da sua preocupação. -----

----- Sobre a questão da gripe das aves, nós cumprimos escrupulosamente as determinações sobre o comércio de aves nas feiras do Concelho, impondo o prazo de suspensão e, naturalmente, o prazo do levantamento da suspensão. -----

----- O PC tem estado, particularmente, empenhado neste processo com o Governador Civil e, através dele, com a tutela. Temos, de facto, três zonas graves de risco que são os paus e sabemos que a zona de protecção e de doença pode oscilar num raio de 10 quilómetros, significa que teremos quase todo o nosso Concelho numa área de suspensão provisória, e daí o estarmos particularmente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

atentos. O PC tem estado em contacto pessoal com o Governador Civil que ainda ontem quando esteve aqui na cerimónia da tomada de posse da Direcção dos BVMMV, foi novamente referida a preocupação do Concelho ser, na verdade, dos que apresentam um dos riscos maiores, considerando a existência das três zonas críticas referidas, com aves migratórias o que eleva o índice de risco para além daquilo que seria normal e desejado. -----

----- Quanto à questão da carta educativa, como disse, amanhã mesmo vão ser apresentadas as conclusões e aquilo que pode ser feito em termos de futuro no processo da requalificação da rede educativa em Montemor. No entanto e face ao imediato anúncio da suspensão das escolas, o que é que vamos fazer: temos problemas de integração dos locais de onde suspendemos para onde vamos integrar e a criação dos centros educativos que não resolve tudo; por outro lado, não podemos esquecer a articulação da rede dos transportes escolares. É evidente que e sem querer duplicar a resposta, a Câmara pode apenas financiar aquilo que legalmente deve fazer, ou seja, a lei diz que só pode financiar transportes para quem reside a uma distância superior a 3 quilómetros, legalmente é isso que se pode fazer. No entanto, se pudermos criar, como eu entendo que deve ser criada, uma nova rede de transportes concelhia que permita chegar mais perto e de forma mais eficaz às crianças que têm que se deslocar, porque 3 quilómetros é uma distância considerável, mas 2,9 quilómetros não é menos considerável, estamos a falar numa diferença de 100 metros que em nada ameniza o esforço que aquelas crianças teriam que fazer, estamos sensíveis a esse facto e existem outras questões que vamos ter em cima da mesa em relação aquilo que vão ser as próprias conclusões da carta educativa. Não podemos esquecer a articulação que temos hoje com as IPSS's, sobretudo aquelas em que a carta educativa aponta que podem fidelizar os alunos dentro do Concelho. Neste momento já se registam fluxos para a Figueira da Foz ou para Coimbra, o que não desejamos e, manter alunos significa fidelizá-los à partida, logo no Jardim-de-infância. Para isso há que aumentar e melhorar a oferta da rede pública dos Jardins-de-infância e aqui temos que ter uma atenção especial com as IPSS's que estão no Concelho. Há, pois, um vasto conjunto de situações, muito para além daquilo que é a realidade imediata que nos está a ser colocada todos os dias em casa através dos Órgãos da Comunicação Social, que vamos ter que acautelar - esse trabalho, garanto-vos, está a ser feito. Como sabem há um compromisso nosso que logo concluída a carta educativa, ela volta novamente à AM, aliás ela tem que ser validada pela AM, depois de passar pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Executivo para depois ser remetida ao Conselho de Ministros. Como se verifica é um instrumento pesado, que leva o seu tempo, mas que do nosso ponto de vista é fundamental e enquadrador para a política educativa do Concelho.-----

----- Penso que respondi, de alguma forma, às questões colocadas, deixando a questão da saúde, pese embora eu tenha algumas informações sobre isso, mas o Senhor Presidente dá-las-á, senão se importarem, quando fizer uma intervenção poderá dar-vos mais informações sobre o assunto”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

-----**PONTO TRÊS** – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DESTA ASSEM
BLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO CONSULTIVO DO CEN
TRO PSIQUIÁTRICO DE RECUPERAÇÃO DE ARNES;-----

----- O PMAM perguntou aos Líderes dos Grupos Municipais se queriam, de imediato, indicar o nome de algum elemento, para que tornasse mais célere a resolução deste ponto.-----

----- O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Obviamente que o PS tem um candidato para o lugar que, pela sua formação académica na área da saúde, pela sua experiência profissional na prestação de cuidados e na gestão de unidades de internamento, enquanto Enfermeiro-chefe nos HUC, é nossa convicção será um bom representante desta AM no Conselho Consultivo do Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes e que é o Membro Olímpio Baía”. -----

----- O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “O grupo da CMNRC apresenta como candidato a representante desta Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes o Membro João Maurício”. -----

----- Foi colocada a mesma questão ao membro Jorge Camarneiro o qual respondeu que não apontava nome nenhum.-----

----- Passou-se de imediato à votação, a qual obteve o seguinte resultado: -----

----- João Paulo Cardoso Rosado Maurício, da CMRNC – 20 votos; -----

----- Olímpio Varela Baía, do PS – 14 votos;-----

----- Votos brancos – 01; -----

----- Votos nulos - 0-----

----- Assim, foi eleito o Membro João Paulo Cardoso Rosado Maurício, da CMNRC, como representante desta Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes. -----

-----**PONTO QUATRO** – 5º ANIVERSÁRIO DAS INUNDAÇÕES DE 2001 NO
CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO; -----

----- Foi dada a palavra ao Membro Jorge Camarneiro, já que tinha sido por si solicitada a inclusão deste ponto na Ordem do Dia, tendo referido: “Obrigado senhor PMAM. A intenção, quando propus que este ponto fosse incluído na Ordem de Trabalhos, era não discriminar de modo nenhum, a AM que na minha opinião é o Órgão mais representativo dos Municípios do Concelho de Montemor-o-Velho. Sei que foi organizado um fórum onde se debateram as questões relacionadas com as cheias e com a Obra Hidrográfica do Mondego que contou com a presença de reputados técnicos da nossa praça, incluindo o INAG, a Universidade de Coimbra e ainda outras pessoas. No CMS foi dedicado um ponto a esta questão, bem tratada quer pelos Membros da AM presentes, quer pelo Comandante dos BV, quer pelo Senhor Presidente da Câmara, quer ainda por outros Membros do CMS e, naturalmente que a AM, penso, não podia ficar fora desta evocação, cinco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

anos passados desde aqueles trágicos dias de Janeiro de 2001. Levantei esta questão, porque também fui afectado pessoalmente, para além de muitas outras pessoas, de muita gente com bastante menos recursos, infelizmente, do que eu, muitas pessoas que foram afectadas naqueles dias e podemos perguntar: porque razão? Porque houve uma catástrofe natural? Porque, de repente, caíram umas chuvadas para as quais não houve capacidade de resposta? Porque não estávamos, teoricamente, apetrechados para evitar as cheias de Janeiro de 2001? A verdade é que temos que chegar à conclusão, e essa é a minha convicção e de muitos dos meus camaradas de Coligação e de Partido, que o que aconteceu em 2001 foi, no essencial, um conjunto de erros de quem não devia errar em momentos decisivos. Erros de projecto de uma obra que, pretensamente, nos havia de livrar de todos os males das cheias, prevendo-as apenas para uma vez em cada século ou, como se chegou a afirmar, para uma vez em cada milénio. Erros de execução e de fiscalização, porque o que nós verificámos é que algumas das estruturas que foram executadas e pagas com o dinheiro dos contribuintes não aguentaram a pressão e os caudais que, seguramente estavam previstos, pelo menos nas teorias dos técnicos que elaboraram o projecto, sejam os diques fusíveis, sejam as bombas a jusante de Pereira, sejam os próprios diques na sua consistência de compactação dos terrenos. A verdade é que fomos prendados com um corolário de execução e de fiscalização de projecto, mas fomos igualmente presenteados com uma incapacidade manifesta de responder em situações de catástrofe, ou seja: aquilo que foi feito na noite de 27 para 28 de Janeiro, no Casal Novo do Rio, na margem esquerda, foi, de facto, o grande causador da catástrofe que fez perder bens, recordações e muitos anos de poupanças às populações de Montemor e Ereira. Quando alguém, não se sabe bem como, com que intenção, mandou derrubar o dique da margem esquerda do leito periférico norte do Mondego e que permitiu que a água corresse... depois rebentaram o dique onde passam as condutas do gás, danificaram-nas e acabaram por interromper o fornecimento de gás à margem esquerda da Figueira da Foz.... Bom, não se percebe como é que se manda rebentar o dique exactamente no sítio onde passa a conduta de gás natural, mas foi feito e por pessoas... que têm nomes, não são pessoas desconhecidas, não desapareceram, não se evaporaram.... Elas estavam no local e foram elas que mandaram fazer... mesmo aqui eu digo: bom, mas errar é humano.... Pois, erraram, mas a seguir não foram capazes de dar a mão quando viram Montemor e a Ereira a ficar com água até ao pescoço... Eu tenho memória: em minha casa, em Montemor, sempre tive água em todas as cheias, pelo menos que me lembre e nunca atingiu o nível que desta vez atingiu porque a água entrava como que balão e não tinha por onde sair. Foram sugeridas as acções tendentes a rebentar o dique a jusante de Ereira de modo a resolver, de imediato, o problema de Pereira e Montemor fazendo escoar a água para o mar, mas a verdade é que houve gente, uma vez mais, que não actuou. Diz a Constituição que o Estado é responsável pelas acções dos seus agentes e aqui houve agentes do Estado que actuaram mal ou que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

actuaram e que são os responsáveis directos pelo que aconteceu e pelos elevados prejuízos materiais, morais que afectaram as pessoas desta área Montemor e Ereira no que toca a este erro humano concreto e as de Pereira, de Formoselha e de Santo Varão no que toca aos rebentamentos do leito central do Mondego. A verdade é que a CM da altura passou por isto como “cão por vinha vindimada”; no Governo e nas Direcções Gerais estavam as pessoas da área rosa e aqui na CM também e, portanto, ninguém quis fazer grandes ondas à volta do seu próprio Poder e do Governo. Distribuíram umas coroas às pessoas com menor rendimento que, por coincidência, nem foram as que mais perderam pois muitas destas ainda hoje continuam sem receber seja o que for. Lembremos que, em Montemor, coincidiu com aquele pandemónio das obras o que elevou de forma astronómica o valor do prejuízo dos comerciantes e de outras pessoas e a verdade é que não se fez qualquer inquérito nesse sentido; não se responsabilizou ninguém; não se responsabilizou o Estado e fizemos todos de conta que tinha sido uma catástrofe natural; que nos tinha caído um satélite na cabeça e que a culpa era do tempo; é o destino e, mais uma vez, o destino empobreceu, ainda mais, o Concelho de Montemor.-----

----- É esta a razão que me leva, cinco anos depois, a pedir que, também aqui, no Órgão próprio se possa tentar, ainda, fazer alguma justiça e é neste sentido que queria deixar uma proposta à Assembleia. Esta proposta é, apenas, porque a questão está longe de estar resolvida; segundo nos foi dito pelo PC no CMS e, reafirmado pelo Comandante dos BV a tragédia já não será secular nem milenar por diversas razões que desconheço e como não sou técnico estar a falar de aspectos técnicos pode parecer um bocado ridículo; há pouco disse ao Membro Mário Pardal que não gostava que falasse das coisas que não sabe, eu não sei e, por isso, não falo. No entanto, sei que a barragem da Aguieira encurtou drasticamente a capacidade de encaixe de água, devido ao seu assoreamento, sei que pouco ou nada foi feito de concreto; foram gastas muitos milhões de euros mas, no essencial, não se mexeu; para além dos sítios onde a obra rebentou, não se fez nada no resto; o que aconteceu, há 5 anos, pode acontecer noutro sítio qualquer, passados estes anos; o rio Mondego está completamente assoreado e o que se diz ou o que se ouve é que catástrofe idêntica pode acontecer a qualquer momento, até num prazo de 5 a 10 anos, ou seja, já não falamos em séculos e milénios. Lembro-me que tive um professor que dizia que na Austrália a terra era tão fértil que ao fim de 10 anos as árvores já eram seculares, isto para exemplificar a fertilidade. Aqui, nós estamos com uma cheia tão milenar, tão milenar que pode reduzir-se para um período de menos de 10 anos e, assim, tendo em conta os efeitos pelos quais passámos há 5 anos, era importante que, de uma forma séria, independentemente do que o CMS, a Protecção Civil e a CM possam fazer, era importante, penso, que houvesse uma Comissão especificamente dedicada a estudar ou a, pelo menos, alertar, para a actual situação do Complexo Hídrico do Mondego que nos afecta profundamente e que nos pode reservar surpresas que ainda não sabemos e não somos capazes de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

equacionar. Queria dizer muito mais, mas para já e dado o adiantado da hora, tenho dito”. -----

-----A proposta foi entregue à MAM e constitui o **documento anexo** à presente acta sob o número **16** -----

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Em relação ao aniversário das inundações de 2001 no Concelho, importa referir o seguinte: é óbvio que decorridos 5 anos importa não esquecer os elevados custos económicos e sociais que daí resultaram. Importa, contudo, além de não esquecer, trabalhar para a prevenção. Importa, pois, que o conhecimento resultante das experiências então vividas, possa servir para a prevenção e uma intervenção em conformidade, seja

nas gestões de caudais a partir da Barragem da Aguieira, seja da gestão do rio Mondego, dos diques, dos fusíveis, das descargas, das comportas e das turbinas da Ereira. Nestas, há uma parte em que, na altura eu acompanhei numa visita o Ministro do Ambiente, faltavam parece-me que umas bombas e que ainda hoje não estão ali colocadas; parece-me, também, segundo informações que tenho do INAG, que eles também não têm dinheiro para fazer cantar um cego, de modo que estão pendurados com essas bombas. Parece que existindo ou não essas bombas, tecnicamente, também, não seria previsível combatermos da forma necessária os prejuízos daí resultantes. Por outro lado, nos últimos tempos, assistimos a um elevado número de fogos que, efectivamente, deixam os terrenos muito mais indefesos face à erosão e, como consequência, torna-se muito mais fácil o assoreamento do leito do rio Mondego o que facilita o rebentamento das margens e as consequentes inundações. É óbvio que se tem feito muito pouco. Actualmente já existem regulamentos que obrigam, até de modo coercivo, os proprietários dos pinhais a procederem à sua limpeza, mas isso não é o suficiente. Assim, o PS entende que, nesta fase, embora não esquecendo os fortes prejuízos económicos resultantes dessas situações, a luta tem de se centrar na prevenção”. -----

-----O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Sobre este ponto, oportunamente proposto para ser discutido nesta AM pela CDU, denoto alguma preocupação que, no fundo, deve ser transversal a todos os Grupos e que o próprio Executivo Municipal demonstrou, de uma forma clara, ao organizar o mês passado o Fórum sobre a problemática das cheias que aconteceram reflectindo, também, o facto de, segundo as estimativas, 20 a 25% da área do nosso Concelho se encontrar em leito de cheia, portanto zonas facilmente inundáveis.-----

-----Em relação à situação que vivemos há 5 anos e não querendo estar aqui a falar naquilo que não se sabe, penso que, hoje em dia, é consensual que o acumular de erros que se viveu amplificou uma determinada situação. Através duma consulta, mais atenta àquilo, que foi produzido, em termos científicos, por especialistas nos períodos subsequentes, aconselhava alguns dos presentes, a lerem o relatório que foi elaborado por um grupo da Ordem dos Engenheiros que, julgo ser uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

Entidade com crédito para se pronunciarem sobre estes temas e no qual vem lá explicitamente o que aconteceu. Referindo Técnicos Superiores que dominam bastante este sector, são feitas referências bastantes claras ao modo errado como foi gerida a situação, começando pela gestão feita dos caudais da Aguieira, pela problemática da falta de manutenção da obra e por intervenções mal programadas, que afectaram os diques do Baixo Mondego. Realço, também, a fragilidade da globalidade da Obra do Baixo Mondego por falta de conclusão de algumas empreitadas que faziam parte do projecto inicial e, que hoje provocam fragilidades do desempenho global do sistema e existem, pelo menos, dois ou três casos pontuais que são do conhecimento de todos, como é o caso da regularização do Vale do Ega e do final do Vale do Arunca ou, mesmo, a do Vale do Pranto. Toda esta problemática hidrográfica do Baixo Mondego e da falta da sua conclusão causa grandes problemas. Justiça seja feita ao PC que ao longo dos últimos anos tem batalhado muito, na Comunicação Social ou junto das entidades próprias, através da pressão que tem feito para que haja, no fundo, um retomar da obra e a sua conclusão de modo a que todo o investimento a que foi feito ao longo das últimas 3 décadas, não seja posto em causa. -----

----- Voltando ao que afirmou o Membro Jorge Camarneiro de que, no fundo, nos foi vendida uma obra que nos iria defender das cheias seculares ou mesmo milenares, segundo os objectivos do projecto, não podemos esquecer que o seu principal objectivo era fazer uma regularização de caudais de forma a evitar o acontecimento com uma probabilidade de ocorrência de 100 anos, aquilo que se costuma chamar “a cheia secular”. -----

----- Em relação aos acontecimentos de Janeiro de 2001, para quem quiser chamar isto de uma ocorrência milenar ou secular façam-lhes um desafio: vão aos registos, disponíveis no INAG e veja qual foi a situação que se viveu em Janeiro de 1948 ou em Janeiro de 1962 e se souberem analisar esses números claramente, venham, então, dizer se acham que esta é a cheia secular ou milenar. No fundo, para repor aqui alguma calma e pureza à questão, vamos defender as nossas argumentações com números, com dados. A questão é simples: o que se passou em 2001 foi uma ocorrência que, em termos hidrológicos, teve alguma importância, não foi aquilo que estatisticamente está calculado como o acontecimento secular. Houve um acumular de erros e de fragilidades que já foram aqui referidos e, no período que se seguiu, registaram-se alguns entraves que impediram que se realizasse uma avaliação independente e objectiva de tudo o que se passou e a verdade é que, 5 anos passados, algumas fragilidades continuam. Obviamente que grande parte deste problema nos transcende já que, o considero um problema de gestão global do Mondego. -----

----- Relativamente a uma entidade que se responsabilize pela supervisão ou gestão da bacia hidrográfica do Mondego, chamemos-lhe assim, porque inclui a parte agrícola, a parte de lazer, de abastecimento de água e até a problemática das águas residuais, é uma questão que só passa a ter um ou um enquadramento legal com a transcrição da directiva quadro sobre a água. A nova Lei da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

água, que só há 3 ou 4 meses Portugal dispõe, permite a sua criação e ela, no fundo, terá sempre que fazer uma gestão ao nível de toda a bacia hidrográfica e, só assim, podemos fazer uma gestão responsável e equilibrada que abranja a gestão da Aguieira, das Fronhas, da Raiva, da Ponte Açude e de toda a problemática da água de rega e de todo destes assuntos que cabem na vastidão do que é o Vale do Mondego. Julgo ser oportuno, 5 anos depois voltarmos a falar nisto; a questão da vulnerabilidade, que sempre existiu, uma vez que Montemor sempre foi, como toda a zona do Baixo Mondego, uma zona propícia ao acontecimento “cheias”. Agora, obviamente que quando se fazem investimentos de milhões de euros para diminuir o risco e a ocorrência de cheias, não podemos, por causa de erros de determinadas pessoas, pôr toda essa obra em causa ficando à mercê de cheias sempre que se alterem as condições meteorológicas pelo que há aqui determinadas garantias que é preciso dar. Para terminar gostava de referir que uma das coisas positivas que saiu mais fortalecida do Fórum, realizado o mês passado, foi a necessidade da constituição dum centro de socorro para o Baixo Mondego que articule esta questão da vulnerabilidade às cheias e que permita ter meios adequados a uma catástrofe natural que possa vir a acontecer, meios esses suficientes para auxiliar devidamente as populações”.-----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “De facto, decorridos 5 anos sobre os acontecimentos trágicos, é evidente que importa não esquecer que eles tiveram impactos económicos e sociais, com custos elevados. Neste momentos o que nos parece é que devemos olhar para o futuro, apostando na prevenção para que esta situação não se repita porque em termos de grau de probabilidade existe efectivamente a possibilidade de uma ocorrência semelhante. É evidente que não vou apontar as questões climáticas como única causa, mas, de facto, ainda hoje não dominamos o clima e, às vezes, provoca estas situações.-----

----- É evidente que as experiências vividas foram negativas mas, certamente, trouxeram algum conhecimento que pode servir claramente no futuro, obrigando a apostar na prevenção. A questão da gestão dos caudais, de todas as barragens, dos diques, dos fusíveis de descarga que não funcionaram e até de que forma é que eles nesta altura já foram objecto de uma revisão e de verificação de funcionalidade, existem e implicam numa correcta gestão do rio Mondego. O conhecimento gerado é importantíssimo e, hoje, reconhece-se que naqueles dias passaram no Açude Ponte cerca de 2000 metros cúbico de água por segundo, quando o alerta vermelho para as cheias se situa, segundo os conhecimentos, em 1400 metros cúbicos e, portanto isto são tudo informações que, obviamente importa ter claramente em consideração até na gestão dos afluentes do rio quer a montante, quer a jusante da Montemor. Há, porém, aqui questões que já foram afloradas há pouco e não podemos esquecer, como seja a questão dos fogos florestais e os processos de erosão que trazem um problema acrescido para o assoreamento da Barragem e do próprio rio e que é extremamente importante ter em conta em futuras situações. Rapidamente poderão os caudais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

aumentar significativamente, eventualmente, tornarem-se imprevisíveis e incontrolláveis; parece-me, no entanto, importante que, de facto, as Entidades com competência nesta matéria possuam um plano estratégico para uma situação de crise tendo em conta um aspecto fundamental que nos parece que falhou em 2001 e que tem a ver com a coordenação da informação disponível. Claramente que qualquer plano estratégico deve ter uma boa coordenação da informação, no fundo, quem comanda o quê, quando e como. -----

----- Quanto à proposta que ouvimos da CDU a questão parece-nos um pouco desajustada no tempo. Na altura também estava representada nesta AM e, que eu tenha conhecimento, não tomou esta posição. Por outro lado, relativamente à Comissão, parece-me haver aqui um choque de competências no que diz respeito à gestão da bacia hidrográfica do Baixo Mondego, já que as competências para tal estão centradas em dois organismos que são a DRAOT e o INAG e, naturalmente, a CM, estando nós num leito de cheias, deve ter isto em consideração. Havia a questão do Observatório das Cheias, situação que a CM tinha, anteriormente em vista que me parece, posso não ter consultado totalmente o Plano de Actividades, ter desaparecido para 2006 e que, eventualmente, poderá aqui desempenhar um papel importante”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto em que todos os Grupos e todos os intervenientes que me antecederam se mostraram sensíveis, não querendo tornar-me repetitivo, digo que, efectivamente, há 5 anos fomos capa de jornais, fomos tema de abertura das televisões e rádios devido a um drama que sofremos, muitos de nós até que aqui estamos já que foram dias de angústia. Há pouco falava-se em culpas; há uma proposta com a qual concordamos na substância dos valores intrínsecos; contudo, discordamos não apenas desta proposta, mas de todas as que visem a criação de mais uma comissão mista, que não pode ser apenas desta AM, mas que tem a ver com a CM, Sociedade Civil e de toda essas entidades que constam na proposta. Entendemos que é no seio do CMS que este assunto pode ter pertinência, já é um órgão próprio onde estão representados os Presidentes de JF, a AM e todas as outras entidades. Criar mais comissões e, ainda por cima, comissões mistas onde está uma AM que tem por missão fiscalizar a actividade da Câmara, estar a juntar numa mesma comissão pessoas da Câmara e da sociedade civil, entendo que é capaz de ser um precedente que não considero muito correcto que não é prático e tende a esvaziar as competências que já estão emanadas no referido CMS. Compreendo que o sentimento do Membro da CDU, relativamente a esta temática, é fruto do bom conhecimento que tem, porque também sofreu a situação, gostei da forma como ele apresentou a situação, só que, efectivamente em termos de proposta de constituição de comissão mista, o Grupo da CMNRC não estará disponível para a constituição desta comissão mista da forma em que ela é sugerida e apresentada, também a destempo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

-----As fragilidades da obra e, atento à intervenção do Membro Filipe Carraco que foi muito preciso nesta temática, são ainda por demais evidentes. Efectivamente, há 5 anos falou-se muito neste assunto pelos piores motivos; desta vez e no momento mais propício para fazer a discussão de uma efeméride que foi pernicioso para nós, realizou -se a propósito o Seminário de Protecção Civil. Esse Seminário foi, efectivamente, de uma abrangência muito grande pelo tipo de intervenções que teve, mas não podemos esquecer que, infelizmente, em Portugal, a culpa morre sempre solteira, para mal de todos nós. Entendo que aquilo que o Membro Laranjeiro Costa referiu sobre a necessidade olhar o futuro, em consonância até com o que o PC disse no Seminário, quando afirmou: “é tempo de falarmos do futuro e de prevenirmos, porque 5 anos já lá vão para traz, foram dramáticos para todos nós, ainda há feridas por sarar”. Há, ainda, pessoas muito prejudicadas e, como diz, é urgente “discutir uma solução de futuro, que os Montemorenses reivindicam e merecem”, pois não esquecemos que a obra do Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego não está acabada e é uma obra que tende, parece-me, a eternizar-se a sua conclusão. Aponto, ainda, dois dados muito precisos e que lamento: na zona de Taveiro consertaram o dique e os fusíveis de descarga contíguos não foram testados e não estão funcionáveis; o dique ao fundo da Ereira tem 6 bombas das quais só 2 é que estão a funcionar, estando as restantes 4 paradas o que revela ineficácia.-----

-----Realmente foi um drama terrível, com prejuízos enormes para Montemor e a AM, em devido tempo, evocou essa circunstância; tomou posição junto do Ministério do Ambiente, é uma questão de consultar todo o tipo de historial das sessões da altura; a AM produziu trabalho, realizou determinado tipo de pressão, fez levantamentos, houve grupos de trabalho internos daí que, nesta data, não consideremos correcta a criação de mais uma comissão e da forma como foi apresentada”.

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Senhor PAM: naturalmente que eu não esperava que o PSD e o PS estivessem de acordo, aliás se eu estivesse à espera não tinha feito a proposta, podia esperar sentado. É evidente que o PS é co-responsável pelo não apuramento da verdade já que era Governo, à data; o PSD veio a seguir e, não obstante os militantes do PSD e o actual PC, até terem feito uma plantação de couves junto aos Anjos, para a televisão ver, tal posição só durou enquanto não ganharam as eleições, pois a partir do momento que as ganharam desapareceu o problema, e, portanto, gostava de tentar, apesar de tudo, reparar isso. -----

-----Uma questão apenas: convém ouvir ou ler atentamente aquilo que se diz. Ninguém propôs nenhuma comissão de gestão da obra hidrográfica do Mondego; o que se propôs foi a constituição por proposta da AM, que pode propor o que lhe apetecer, se quiser propor. Como já vi, não quer e não vale a pena. Refiro que a proposta diz: uma comissão mista com outras instituições que pudesse elaborar um livro branco sobre o que aconteceu, sobre as causas, consequências, etc., que fosse um aviso à navegação. Já agora que estudasse com rigor, para além daqueles demagogos que vêm aqui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

aos simpósios, muitos deles com culpas no cartório, tipo Mineiro Aires e outros do INAG que estiveram envolvidos nas decisões que foram tomadas na altura e que vêm hoje tentar lavar as mãos como Pilatos, porque na altura não souberam tomar as iniciativas e, para além disso aqueles que, também com a responsabilidade política não ressarciram os prejuízos que causaram indevidamente às populações. Não estou a falar em catástrofes naturais, em coisas que acontecem por acaso, estou a falar em erros de obra e estou a falar no caso de Montemor e da Ereira e, repito, estou a falar em culpados com nomes. -----

----- Para esclarecer o Membro do PS digo que, por proposta do PCP e da CDU, foi constituída uma comissão de inquérito a nível da Assembleia da República, aprovada por unanimidade, mas que nunca chegou a tomar posse por incúria do Poder da altura, se tem dúvidas em relação à posição da CDU ou PCP nessa data. Não penso que a proposta lesasse alguém; agora, uma comissão destas, naturalmente, que haveria de detectar alguma desresponsabilização, alguma irresponsabilidade dos Poderes quer rosa quer laranja”. -----

----- O Senhor PAM perguntou ao Membro da CDU se, após este debate, estaria interessado em retirar a proposta ou se a queria reformular, tendo o mesmo referido que a mantinha sem qualquer alteração votando a AM de acordo com a sua ideia pois pretendia, apenas, apresentar algo que pudesse servir de alerta para o futuro. -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM: uma nota prévia - relativamente ao voto de pesar, obviamente que nós não temos nada a opor; a questão que importa aqui diferenciar é o nosso sentido de voto - no que se refere ao voto de pesar somos favoráveis mas em relação ao que vem a seguir abstemo-nos, e, isto cria aqui alguma dificuldade de votação”. -----

----- O Senhor PAM usou da palavra e disse: “Senhor Membro José Laranjeiro: tive a oportunidade de perguntar ao Membro Jorge Camarneiro se queria reformular e como da sua parte não houve aceitação é minha obrigação colocar à votação nos termos em que se encontra redigida. Foi lida e os Senhores agora só terão que a votar”. -----

----- Passou-se de imediato à votação da proposta apresentada pelo Membro Jorge Camarneiro, (CDU), que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 20;-----

----- Abstenções – 13; -----

----- Votos a favor – 02;-----

----- Esta proposta foi reprovada por maioria.-----

----- **PONTO CINCO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS;**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22**

-----O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Aproveito para cumprimentar o PC que está a chegar à nossa reunião. -----

-----Relativamente à proposta que nos foi enviada e que constitui o documento no seu todo, a proposta de alteração não está identificável e conduziu-nos a uma necessidade de analisar todo o documento, de uma forma exaustiva. Encontrámos, em relação ao documento que tínhamos anteriormente, uma alteração no artigo 7º, ou seja da responsabilidade pela utilização das instalações do ponto 3, e passo a citar “no caso de utentes de escolas e IPSS’s estarem já abrangidos pelo seguro referido no número anterior, devem declarar a assunção de tais responsabilidades”, ou seja, passa a identificar em concreto os utentes, portanto as escolas e IPSS’s, alteração que depois está reflectida na tabela de taxas do regulamento que vem a seguir. No entanto, e continuando a analisar o documento que nos é proposto, para o ponto seguinte e os documentos estão interligados não podem ser dissociados, surge na página 4 da tabela de taxas um artigo novo que é o 11º que se reporta ao regime extraordinário da utilização das piscinas e que pretende enquadrar os utentes ocasionais não portadores de cartão e define, claramente uma taxa de aluguer e de utilização, mas para o qual não encontramos um suporte no articulado no regulamento. Para além disso o artigo número 4 do regulamento que diz respeito à utilização das piscinas, no seu número 2 diz o seguinte “só podem utilizar as piscinas os utilizadores de cartão em vigor”, ou seja, salvo melhor opinião, parece resultar uma certa contradição entre uma coisa e outra, pelo que julgamos que o documento poderia e deveria ser melhorado nesta questão em concreto para que haja conformidade entre o regulamento de utilização e a tabela de taxas”. -----

-----O SMAM, Vítor Travassos, pediu a palavra e disse: “Na verdade, no documento sobre as alterações só o ponto 3.1. - “Escolas e IPSS’s”- regista a única alteração que foi proposta e daí o aparecer escrito a “*bold*”. -----

-----O vice-presidente da CM pediu a palavra e disse: “Vou ser muito breve. Em relação à questão do seguro, de facto detectava-se que, no regulamento em vigor, havia uma duplicidade de custos para a entidade ou utente que frequentava a piscina, razão pela qual foi feita essa alteração.--

-----Quanto à segunda nota, em relação ao melhoramento global do regulamento, obviamente que o mesmo é sempre um texto, e poderá sempre ser melhorado e aquilo que aqui trazemos hoje é um texto que reuniu o consenso do Executivo no pressuposto de que vai servir bem, em primeira instância aqueles, que são utentes da piscina. Obviamente que, através do Executivo, o PS pode sempre fazer novas propostas de modo a melhorarmos o regulamento, mas neste momento, este, do nosso ponto de vista, cremos satisfaz aquilo que são as premissas para a frequência das piscinas.----

-----A questão do seguro, essa sim, era uma questão que invocou e bem, que era taxativa do nosso ponto de vista, que mereceu a alteração que tinha a ver com a duplicidade de custos que havia em relação à questão do seguro”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

-----O membro José Laranjeiro Costa pediu de novo a palavra e disse: “Uma breve nota: concordamos com o regulamento, aliás ele foi aprovado por unanimidade na CM; a única nota que colocamos é que, de facto, o documento que a seguir vamos aprovar possui um artigo novo que não tem enquadramento no articulado. Naturalmente que, inclusivamente, tínhamos estudado uma possibilidade que a minha colega Milena poderá apresentar, para a utilização das instalações, porque os utentes ocasionais ficam sem enquadramento no regulamento; só e apenas essa nota”. ----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação do ponto em causa, que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35; -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO SEIS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA**
 ----- **DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DAS PISCINAS** -----
 ----- **MUNICIPAIS;** -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “O PS nada tem a opor às alterações propostas; analisámo-las atentamente mas parece-nos, no entanto, importante frisar que numa altura em que o Pavilhão Municipal se encontra em obras e em que os alunos das Escolas não dispõem dum espaço coberto para a prática de Educação Física, parecia interessante que se pudessem estabelecer acordos com as mesmas no sentido dos alunos disporem de aulas de natação, enquadradas naquela disciplina. Julgamos que todos beneficiariam com isto. Sabemos que se têm realizado algumas reuniões das quais não temos qualquer “*feed-back*”, mas pensamos que este era um aspecto pertinente. Em relação às taxas nada temos a opor”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 1; -----

----- Votos a favor – 34; -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO SETE – INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVA À-**
 ----- **REVISÃO AO PDM – ANÁLISE DA 1ª FASE;** -----

-----O vice-presidente da CM pediu a palavra e disse: “Senhor PAM, se me dá licença, é só para informar a AM que, tal como tinha sido sugerido e o PC tinha assumido, faremos, hoje, a apresentação do ponto de situação em relação à actual fase de revisão do PDM, que vai ser apresentada pelo Director de Departamento do Ordenamento do Território (DDOR) e onde vão,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

obviamente por questões de contingência de tempo, exemplificar com 1 ou 2 casos práticos o trabalho que está a ser feito”. -----

-----O DDOR usou da palavra, dizendo: “Passaremos, de imediato, a uma breve apresentação sobre os trabalhos de revisão do PDM, já desenvolvidos até esta fase. -----

-----O que já se fez: em 2002 foi contratada a elaboração da cartografia digital do Concelho, uma necessidade e um imperativo para iniciar o processo de revisão; nesse mesmo ano foi deliberado rever o PDM com a respectiva fundamentação técnica; entre 2002 e 2004 foi aberto um período de participação dos Municípios com uma fortíssima participação já que registaram 1269 reclamações, observações ou sugestões; em 2004 a CM foi chamada a participar no processo da constituição da Comissão Mista de Coordenação, nome que a actual legislação dá às antigas Comissões de Acompanhamento do PDM e que é o conjunto de 35 Organismos e Entidades que acompanham a elaboração do PDM ou da sua revisão e cuja primeira reunião decorrerá no próximo dia 2 de Março; realizado concurso para contratação de uma equipa externa em 2004; foram concretizados, entretanto, muitos estudos, necessários para o PDM na sua actual formatação, como por exemplo: mapa do ruído, carta arqueológica, carta educativa, carta desportiva, carta social, etc. A empresa responsável pela parte externa da revisão do PDM entregou a 1ª fase do trabalho em 2005 que foi analisada pela Câmara da qual vamos dar conta muito rapidamente. Também em 2005/2006 foram iniciados, pelos respectivos Ministérios, os processos de re-delimitação e redefinição das Reservas Agrícola Nacional (RAN) e Ecológica Nacional (REN). -----

-----Em termos de objectivos, eles foram definidos pela Equipa externa e obtiveram a concordância da CM. Os grandes objectivos para a revisão do PDM são diversos, distinguindo-se os grandes objectivos base, os de âmbito nacional, os de âmbito regional e os de âmbito local. Existe, para além destes, um conjunto de objectivos já muito específicos e, em termos do conteúdo do Plano e de condicionantes, existirá uma identificação de todas as que vigoram para o Concelho e que, de alguma forma, limitem ou impeçam a transformação e a utilização do solo. São, basicamente, estas servidões e restrições de utilidade pública que terão que ser identificadas. Depois, em termos de intervenções, pretendem-se enquadrar objectivos estratégicos, já anteriormente referenciados de passagem, enquadrar pólos empresariais, intervenções urbanísticas em Centros Históricos e outros considerados importantes. -----

-----Em termos das opções do Plano em si, existirá um conjunto de espaços dentro do chamado solo rural, resultantes da legislação adaptada ao contexto do Concelho. No solo urbano também são diversas as classes e sub-categorias de espaços que estão previstas. Os dados que possuímos, obtidos através das novas tecnologias a que hoje podemos ter acesso, revelam bem a necessidade imperiosa do Plano ser revisto. Sabemos que dos 100% de espaços urbanos, só 92,2% não têm qualquer outra condicionantes e, portanto, no fundo, os perímetros urbanos não são a 100%, porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

há 7,8% que não dão para construção, porque estão condicionados ou pela RAN, pela RAN e pela REN ou pela REN que são servidões, em impeditivas de construção. Nos espaços urbanizáveis, também não se está a 100%, embora nos espaços que permitem construção fora dos espaços urbanos já seja normal que haja malhas significativas que não sejam da REN. -----

----- Relativamente ao trabalho que a equipa externa apresentou várias são as questões que estão em cima da mesa. Uma delas refere-se à confrontação entre o Plano que temos em vigor e aquilo a que actualmente a legislação obriga e aí, basicamente, existe uma regra no actual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial que diz que edificabilidade em espaços rurais têm carácter excepcional, só sendo permitida quando absolutamente indispensável sendo a ideia a de concentrar a ocupação urbana e as actividades em zonas que tenham apetência específica para isso. O PDM actual, muitas vezes, é criticado por ser muito fechado mas a verdade é que se não fora a condicionante RAN e a condicionante REN seria até muito permissivo, porque permite a construção em todo o espaço rural. No que se refere aos espaços agrícolas temos de considerar o tipo um em que se a REN autorizar é possível construir, nem parâmetros tem para edificação; no tipo dois é possível construir com 1000 metros quadrados de área mínima, com 0,35 de índice, o quer dizer que se podem fazer construções de 350 metros quadrados em cada 1000, portanto muito permissivo; lembro-vos que nos concelhos do interior do Distrito de Coimbra, índices destes, são os destinados às aldeias e, nalguns casos, até, em contexto já de bastante urbanidade e de densidade urbana; no agro-silvícola, quem tenha parcelas com 2500 metros quadrados de área mínima, pode construir com índice de 0,15, ou sejam 375 metros quadrados, o que dá uma belíssima moradia. No entanto a Lei recomenda ou sugere que deixe de ser assim, o que significa que temos um problema em mãos: como é que compensamos a capacidade edificatória que hoje, apesar de tudo ainda é possível fora de portas, digamos assim, quando ela agora vem ser limitada? Isto seria um argumento para um aumento dos perímetros urbanos e é isso que depois vamos ver, mesmo qualitativamente e quantitativamente, porque a actual proposta do ordenamento que está em cima da mesa é para isso que ela aponta. -----

----- Depois, há aqui situações em que os perímetros estavam mal desenhados; não vamos discutir se é grande, se é pequeno, se chega para albergar as pessoas, se não chega; já todos ouvimos dizer que o País tem espaços urbanos que davam para alojar 40 a 50 milhões de pessoas e somos apenas dez milhões. Essa problemática trazida para Montemor não é a que interessa; interessa é ver o seguinte: há locais que, porque a cartografia não era a adequada, foram desenhados erradamente, como casos em que a estrada é em determinado local, a linha de água noutro e o perímetro urbano em vez de andar na estrada está em cima da linha de água, portanto, aquele espaço é urbano, mas está mal desenhado. Portanto, agora há locais onde, com uma melhor cartografia, com uma observação mais cuidada, com trabalhos de campo adequados, com ortofotomapas, com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

cartografia numa escala adequada e actualizada se vê que o perímetro está mal desenhado e é preciso redesenhar. Para isso é preciso colocar uma questão, mais política do que técnica e que está, digamos, na ordem do dia: podemos reduzir perímetros urbanos? E as pessoas não vão pedir indemnização à Câmara por redução das suas propriedades? -----

----- Outra questão, é, sobretudo, uma questão preocupante na zona norte do Concelho. Aí temos uma edificação muito dispersa, não só porque o plano a permitiu, como mesmo antes de haver Plano já era assim o povoamento do território, da zona gandareza. Se elas são dispersas e dificilmente se conseguirão criar perímetros urbanos para toda a construção que existe no território, como é que ela se pode ampliar se a Lei diz agora que a construção em espaço rural tem carácter excepcional? É um problema com que temos que lidar. As indicações e o diálogo com a equipa técnica foi no sentido de, sempre que houvesse um conjunto de edificações tentar desenhar perímetros urbanos, mas ainda houve coisas que ficaram de fora e este é também um problema que temos em agenda. -----

----- Depois foram, no estudo, apontadas algumas lacunas com as quais a equipa acabou por concordar; com outras tal não aconteceu mas a equipa vai fazendo o que pretendemos, construindo a obra à medida das nossas necessidades e estratégias. Regista-se, nalguns aglomerados urbanos, falta de ambição, mas também reconhecemos que é difícil redesenhar uma ampliação do perímetro urbano, porque tudo está muito limitado por várias condicionantes, naturais e não só. -----

----- Não podemos esquecer a questão dos pólos empresariais e industriais onde se deve ser ambicioso, preparando-os para que não se perca nenhum investimento interessante ou mesmo deslocalização de uma unidade, havendo sempre oferta e que não seja esse um entrave a que o progresso possa chegar. Há projectos de infra-estruturas e equipamentos estruturantes que vão ter que ser previstos e delimitados. Rapidamente, 2 exemplos: o que vos dizia da ocupação muito dispersa ao longo do território - o que é que vai acontecer às pessoas que têm ali as suas casas? A filha quer casar, quer ficar a viver ao pé dos pais, é ali que tem a vacaria, a ordenha e vai poder construir mais uma casa ao lado - isso é desejável, ou não? É um problema que, efectivamente, temos em mãos. Se olharmos para a zona dos Catarruchos verifica-se que, por muito boa vontade que haja o território não pode ser considerado todo urbano; há ali construções que não vão ficar abrangidas pelo perímetro urbano e, portanto vamos ter agora de discutir em termos de regulamento como tratar estas situações. -----

----- A situação de Verride sofrerá também alterações, não por uma razão especial, mas de vido à necessidade de alguns ajustamentos entre o perímetro urbano em vigor e o proposto em que regista um aumento do perímetro urbano. Esta é uma proposta em que há situações em que ainda podem existir regressões na medida em que as próprias RAN e REN e outras condicionantes que impendem sobre o território podem fazer voltar um pouco atrás, mas há, de facto algum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

crescimento que, enfim, é justificável. Em muitos casos existem zonas extremamente clivosas e que já não tinham apetência, não tinham condições para serem urbanizadas; noutros casos o perímetro foi desenhado fora dos eixos viários que o estruturam e, assim, há zonas onde tem que ser feito um reajustamento. Até este momento a equipa considerou 3 critérios técnicos dos quais, penso que não se deve abdicar: um deles é que a forma urbana tende o arredondamento, não aquela tripa ao longo das estradas em que os equipamentos a que as pessoas querem chegar ficam sempre numa ponta dos aglomerados, estes não têm um centro cívico onde as pessoas se encontrem; é, pois, objectivo não prolongar excessivamente os perímetros urbanos e, às vezes interrompê-los mesmo, mesmo contra a natureza das coisas como por exemplo, Portela não deve nunca ligar a Tentúgal. Estas situações não são boas do ponto de vista rodoviário e de infra-estruturas porque obriga a custos muito superiores. As infra-estruturas muito longilíneas tornam mais cara e menos racional a ocupação do território. O segundo critério leva-nos a incluir no perímetro urbano apenas o que tem condições para construção e, portanto, colocar a ravina ou a escarpa em perímetro urbano é uma hipocrisia porque ninguém vai ali construir. Outro critério que tem sido seguido refere-se à profundidade, e aí, a equipa com a experiência que têm dos Planos que fizeram e dos Planos que estão a rever, têm uma bitola que é, normalmente de 50 metros e, hoje com os sistemas de informação geográfica e as tecnologia de desenho automático, é possível definir essa medida com precisão, o que não acontece neste momento. Da minha parte, tenho dito”. -----

----- Um dos elementos da equipa externa usou da palavra e disse: “Tal como o DDOR já referiu, esta é a primeira fase de revisão do PDM e é isso que vou passar a explicar. São 6 pontos que passam por uma introdução que tem a ver com o enquadramento legal do PDM, objectivos que nortearam a revisão do PDM, estrutura do PDM, condicionantes legais, proposta preliminar do ordenamento e análise comparativa da proposta de ordenamento do solo urbano. -----

----- Primeiro, há que ter em conta que o PDM é um plano municipal de ordenamento do território que é de deliberação obrigatória, passando pela sintetização da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, prosseguida ao longo do tempo, tem de integrar as opções de âmbito nacional e regional com incidência no Município e procura estabelecer um modelo de estrutura espacial do território municipal, através da classificação do solo. -----

----- O Plano é constituído por 3 peças fundamentais: o regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes; estas têm que ser consideradas sempre em conjunto e não podem ser lidas separadamente, uma vez que a planta de condicionantes estabelece as servidões e as condicionantes existentes no território, regulamenta e explica as regras que estão representadas na planta de ordenamento identificando as condicionantes. -----

----- O Plano em vigor foi rectificado em 1998, tendo sofrido uma alteração em 2003. Porque é que se torna necessário proceder à sua revisão? Pelo tempo decorrido, pela alteração que entretanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

se passou no quadro legislativo, pela necessidade de actualização à realidade actual e às expectativas de desenvolvimento e pela necessidade de digitalização dos Planos. Então, há que ver esta revisão do PDM de Montemor-o-Velho com uma oportunidade de repensar o Concelho a médio e longo prazo com novos objectivos, novas metas para que seja integrada uma perspectiva global que anteriormente, provavelmente não foi feita. -----

-----Relativamente aos objectivos: tem a ver com o ajustar o Plano à realidade do Concelho, proceder à articulação do PDM com outros instrumentos de hierarquia superior e com outros planos com incidência neste território; passa, também, por estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os Concelhos limítrofes, que é uma coisa que já percebi que o Concelho de Montemor se esforça por fazer; também passa por especificar o modelo estratégico de actuação; definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos e municipais e estatais; definir um modelo de ordenamento que promova a valorização de espaços naturais; rever os princípios e regras de protecção do património natural e de património cultural; ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento previsto; promover a requalificação de alguns dos aglomerados; a compatibilização da realidade do Concelho e das propostas feitas no ordenamento com a RAN e com a REN; proceder à reestruturação da rede viária de acordo com a PRM de 2000 e com o traçado de novas vias rodoviárias. -----

-----Relativamente à estrutura, este será o formato final do PDM, constituído por 3 volumes que passa pelos estudos de análises e de diagnóstico; a proposta e finalmente o Regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes. -----

-----Nesta primeira fase, foi entregue o volume 1 de estudos de análises e diagnóstico, onde ao fim e ao cabo são estudadas 10 componentes do território que passam pela sócio-economia, equipamentos, rede urbana, infra-estruturas, etc. São sempre acompanhadas por peças desenhadas e, o volume 2 normalmente opta por fazer uma primeira proposta preliminar em solo urbano, para facilitar a conversa com a CM e os objectivos que a mesma pretende alcançar. -----

-----Relativamente às condicionantes legais, a planta assinala as subidas administrativas e as restrições de utilidade pública sempre que o PDM se limita a exemplificar as condicionantes e servidões já existentes no território, ou seja, o PDM não define novas condicionantes, a única coisa que faz é verter as já existentes na planta de ordenamento. Estas condicionantes, como já foi dito, passam pelo património natural, edificado, infra-estruturas básicas, cartografia e planeamento. -----

-----No que diz respeito a Montemor-o-Velho, há que destacar o património natural que é muito significativo, a RAN tem uma abrangência muito significativa e há que ter em conta. A RAN e a REN são individualizadas em peças próprias e as restantes condicionantes são representadas no desenho de outras condicionantes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

-----Relativamente à proposta preliminar de ordenamento, esta foi desenvolvida com base no conjunto de pressupostos objectivos que teve a ver com: ajustar dos espaços urbanizados em função da ocupação efectiva e do facto de estarem já comprometidos legalmente; tentar promover a nucleação dos aglomerados, que é cada vez mais diminuta; definir correctamente os solos cuja urbanização seja possível programar; contrariar sempre que possível as expansões ao longo das vias; dotar o Concelho de áreas onde possam ser implementados equipamentos dos espaços verdes; definir novas áreas industriais; dinamizar o sector turístico; promover o potencial natural do Concelho; desenvolver uma proposta de rede viária estruturante; definir estrutura ecológica urbana; identificar os valores patrimoniais a salvaguardar; identificar áreas e sujeitar a planos de pormenor ou de projecto e, finalmente, definir as tais incompatibilidades com a RAN e com a REN que resultam da nova proposta da planta do ordenamento. -----

-----Relativamente à delimitação do perímetro urbano é importante ter a noção do que ele é. A delimitação do perímetro urbano implica a existência de uma concentração de povoamento que, em oposição a áreas vizinhas, tem uma densidade maior. Esta noção é importante, porque, normalmente associado ao solo urbano, nós temos a necessidade de infra-estruturar em função do espaço que deve ser optimizado ao máximo, de forma a reduzir os custos que se possa a vir a ter no território. --

-----Em termos legais, é importante perceber que a reclassificação do solo como urbano tem um carácter excepcional, ou seja, tem que ser devidamente justificada e, normalmente isso faz-se através da dinâmica demográfica, de desenvolvimento económico-social e através da indisponibilidade de qualificação urbanística.-----

-----Outros pontos, a ter conta na delimitação do perímetro urbano, foram definidos pela DGOTDU da CCDR Centro que temos que verter para esta nova proposta que passa por justificar devidamente as alterações aos perímetros urbanos com base na concentração da população, das famílias, dos alojamentos; considerar a extensão do tecido urbano consolidado e existências de áreas disponíveis para a expansão; considerar a dinâmica na ocupação do território, ou seja, as licenças atribuídas para obra e obra concluída; justificar as alterações que colidam com as condicionantes; contrariar o tal desenvolvimento dos aglomerados ao longo das vias; contrariar a tendência para a expansão não controlada; atender aos critérios apresentados como justificação da revisão do PDM; considerar quanto possível a pretensões e intenções apresentadas pelas JF, pela CM e pelos particulares.-----

-----Relativamente à classificação e qualificação do solo, esta primeira proposta de solo urbano tem diversas categorias: solos urbanizados, solos cuja urbanização seja de solos afectos à estrutura ecológica urbana, tendo sido definidas várias tipologias para uma melhor adequação às características do território, não se podendo simplificar e assumir tudo como uma única tipologia. --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

-----Na primeira proposta preliminar em solo urbano, é possível perceber que em Montemor-o-Velho a rede urbana é bastante extensa e cada vez mais é feita ao longo da rede viária.-----

-----Passando à análise comparativa da proposta de ordenamento em solo urbano preliminar, o que é feito é um exercício de comparação entre o PDM em vigor e a proposta feita, e é possível perceber que há um aumento significativo dos perímetros urbanos. -----

-----Em termos de quantificar áreas, é importante perceber que nesta primeira análise a comparação feita não considera a estrutura ecológica urbana e a conclusão a que chegamos é que, em termos de acréscimo de área afecta ao solo urbano, passa para o dobro, ou seja, em termos do PDM em vigor encontram-se associado em solo urbano 2160 hectares e passam estar associados a 4230 hectares. Destacam-se, em termos relativos, as Freguesias de Arazede, Liceia e Gatões com os aumentos mais significativos. -----

-----No que fiz respeito aos solos urbanizados, o destaque, em termos absolutos, ou seja de aumento efectivo, vai para as Freguesias de Vila Nova da Barca com mais 45.6 hectares e Liceia com mais 170 hectares. -----

-----Em termos de áreas de expansão, por assim dizer, os aumentos mais significativos são nas Freguesias de Arazede com 131 hectares e Liceia com 52 hectares. -----

-----É importante, na definição dos perímetros urbanos, perceber uma das componentes essenciais para justificar o aumento do perímetro urbano - a variação populacional. O exercício feito foi tentar perceber no Concelho, na última década, o que é que se tinha passado com a população e é fácil de perceber que apenas Montemor-o-Velho e Santo Varão registaram um aumento de população na última década; Tentúgal estagnou e as restantes Freguesias perderam população, destacando-se Abrunheira, Pereira e Vila Nova da Barca. Em termos efectivos, a maior perda populacional é de Arazede com menos 199 habitantes, Carapinheira com menos 269 e Pereira com menos 297. Em contrapartida, Montemor ganhou 457 habitantes. -----

-----Apresentando alguns exemplos relativamente à proposta vemos que em Montemor-o-Velho é possível perceber-se um aumento significativo da área urbana. Montemor encontra-se bastante condicionado, porque a norte existe uma área bastante clivosa, a sul temos as áreas inundadas e, por isso, não foi pacífico encontrar novas áreas de expansão. -----

-----Tentúgal é outro exemplo em que o aumento do solo urbano foi bastante significativo, mais 214 hectares, apesar de haver estagnação em termos de dinâmica populacional.-----

-----Arazede, deverá ser a questão mais polémica, porque ao fim e cabo é uma das Freguesias mais dispersas do Concelho e aqui a proposta da equipa é tentar nuclear alguma construção de forma a dotar esta área de equipamentos e espaços verdes que possam servir a população que vive nesta zona. Em termos de população há uma diminuição e em termos de solo urbano a Freguesia tem um aumento de 808 hectares. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- Nas Meãs do Campo, foi feito um acerto relativamente ao perímetro e houve, efectivamente nesta área uma diminuição de perímetro, mas teve a ver também com o facto de haver uma necessidade de excluir uma zona agro-pecuária que estava dentro do perímetro urbano. É numa zona mais central e que tem de contrariada nesta proposta. Em termos de Freguesia, houve um aumento de solo urbano, de 35 hectares. -----

----- Verride será o exemplo daqueles aglomerados em que o desenvolvimento foi mais coeso, ou seja, não cresceu ao longo das vias, talvez devido aos declives existentes nesta zona do Concelho. Em termos de população houve uma diminuição e o solo urbano aumentou 32 hectares. -----

----- Relativamente ao solo urbanizado, no cômputo geral, há um aumento muito significativo em relação ao PDM em vigor. -----

----- É importante perceber que o acréscimo desta área de solo urbano não é só porque a CM nos deu indicações para isso; tem a ver com o facto de haver um maior rigor na unificação de espaços e com a definição de novas bolsas de expansão e criação de novas áreas industriais. Temos que ter em conta a estrutura ecológica urbana, ou seja, verifica-se um aumento da área de solos urbanizados em cerca de 1833 hectares, destacando-se as tipologias 2, 3 e 4. Em termos de solos cuja urbanização foi possível programar, há um aumento de 226 hectares, sendo que destes, 153 correspondem à área de equipamentos e indústria e a estrutura ecológica urbana corresponde a um aumento de 362 hectares, o que penso ser uma proposta bastante ambiciosa para o Concelho. Obrigada”. -----

----- O PMAM perguntou aos Membros da AM se alguém estava interessado em colocar questões, uma vez que os Técnicos que estão a fazer a revisão do PDM estavam presentes na sala e disponíveis para os devidos esclarecimentos. -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Obviamente que consideramos a importância do trabalho desenvolvido e apresentado pela Equipa da Floral e pelo DDOR. É evidente que o PDM é um instrumento importante de planeamento para o desenvolvimento social, económico e cultural do Concelho, que deve respeitar, naturalmente, a exigências das Autarquias, o enquadramento legal e ir de encontro aos anseios dos Municípios. E é nesta perspectiva que, depois de ouvirmos e vermos apresentada esta primeira fase, o PS vem apresentar à MAM uma proposta que visa promover a participação activa de todos os Municípios na revisão de um documento que lhes diz respeito e que lhes interessa particularmente, propondo reuniões para informação, análise e reflexão das alterações propostas em cada Freguesia; estas reuniões deveriam realizar-se na sede da JF ou em local por ela a definir, devidamente publicitadas e que permitam um melhor esclarecimento de todos trazendo contributos para a melhoria do documento final. No fundo, será preparar também a população para aceitar as alterações propostas. Os PJ são, naturalmente, quem de uma forma mais frequente, sofre o primeiro embate quando o Município se dirige à JF ao ser confrontado com qualquer situação de dificuldade, normalmente traduzidas em questões de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

impossibilidade de determinada utilização do solo; estou a referir-me, concretamente, à questão de edificação, da malha urbana, da malha urbanizável e teriam aqui uma oportunidade importantíssima de todos os PJ terem as populações consigo; no fundo, explicar-se-iam quais as alterações, quais as condicionantes da RAN, REN e outras de servidões que foram obviamente explanadas, afirmando as alternativas, esbatendo-se situações potencialmente geradoras de conflito, como uma ou outra que aqui não surgiu, mas certamente os PJ estão todos atentos já que são questões dentro dos próprios limites de Freguesia e, nessa situação, nós vimos apresentar esta proposta. -----

----- O documento apresentado é o **anexo** à acta sob o número **17**. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Gostaria de saber a este nível, o que é que está previsto pela própria Autarquia. Poderá haver algum trabalho pré-determinado para fazer esse tipo de abordagem e, então, caímos no caricato de estarmos a aprovar uma proposta de assuntos que já estão previstos pelo Executivo Camarário para realizarem no âmbito deste projecto. Este, penso, é um projecto em desenvolvimento pelo que gostava que por parte da CM fosse disponibilizada alguma informação a este propósito”. -----

----- O vice-presidente da CM usou da palavra para prestar os esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Penso que o DDOR, do ponto de vista técnica, dará certamente uma explicação mais cabal do que a minha. No entanto, permitam-me informar que foi dada a oportunidade a todos os Municípios, de através de proposta escrita poderem fazer chegar à Equipa Técnica da revisão do PDM as suas preocupações, as questões que gostariam de ver consubstanciadas neste processo e projecto de revisão e que o DDOR tem quantificado. -----

----- Estamos num momento crucial do trabalho da Equipa Técnica que tem previsto, de facto, a discussão pública que vai mais ou menos encaixar com aquilo que o grupo do PS aqui propõe. Julgo que, nesta fase em que os trabalhos estão a decorrer e sob pena de lhe ser dada uma explicação técnica mais completa do que aquilo que lhe estou a dizer, esta proposta peca por extemporânea. Admitindo como boa a sugestão que faz da discussão e do confronto das opções que foram tomadas por parte dos principais interessados que são, de facto, os Municípios, ela está prevista e, estar a fazê-lo a meio do processo temo que estejamos a enviesar o trabalho que a equipa está a fazer. A empresa que está a fazer este trabalho está presente e eles próprios poderão responder, do ponto de vista prático, o que é que isso significaria em termos de tempo e em termos de “*modus faciendi*” do próprio planeamento que têm estabelecido. Com isto não estou a fugir à questão, nem tenho nenhum complexo em que, aqueles que são os principais destinatários possam ver, saber e mais do que isso, se possam pronunciar. Sobre isso estamos de acordo, do ponto de vista político não tenho nenhum receio, antes pelo contrário, de que quem de direito possa ajuizar sobre aquilo que está a ser feito para ele próprio. Do ponto de vista técnico, tenho dúvidas e, portanto, sugeria ao DDOR que desse uma explicação técnica, no sentido de poder fundamentar a opinião da CM” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- O Senhor Director de Departamento do Ordenamento do Território usou da palavra e disse: “O que se pode dizer sobre é o seguinte: primeiro - acompanhei 11 Planos Directores Municipais e nunca assisti a um projecto tão participado quanto este. Não há memória; lembro-me que em Leiria houve 888 reclamações e que foi considerado um número astronómico e o Leiria tem cerca de 150 mil habitantes. Nós estamos num Concelho com 25 mil e, nesta fase inicial do processo houve 2169 reclamações. Por decisão da CM, por unanimidade, foi deliberado que, embora, formalmente e de acordo com a Lei, esse processo de participação procedimental e inicial tivesse balizas temporais: foram publicados Editais e foi dito que até a determinado se receberiam observações e sugestões; o processo continua aberto pelo que, ainda hoje, entram, na CM, munícipes para discutir connosco o PDM, entram exposições escritas e desenhadas sobre a proposta da revisão do PDM e elas são conduzidas para a Equipa para ponderação. Depois, para além do que a Lei prevê, em todas as fases que até agora decorreram, houve sempre o cuidado de informar a CM dos vários passos processuais e foram feitas reuniões com as JF, inclusivamente naquelas onde isso foi solicitado pelos PJ e o DDOR deslocou-se as essas Freguesia e fez sessões públicas de esclarecimento das pessoas e de explicação do que é que se pretendia nessa fase. Salvo melhor opinião e do que falta fazer, penso que abrir agora um processo de discussão pública podia ser perverso. Porquê? Porque, inclusivamente, o que aqui foi exibido aos Membros da AM foram propostas que podem, como tive o cuidado de dizer, regredir, ser alteradas, não ser aceites pelas 35 Entidades que vão compor o acompanhamento do Plano e parece-me que estar a abrir nesta fase um período de discussão pública, pode, para além de demorado, ser perverso, gerando expectativas que, eventualmente, não venham a ser concretizadas. -----

----- Findo que seja o processo de elaboração técnica do Plano, aí sim, salvo melhor opinião, me parece que se pode abrir, nos termos da Lei um período de discussão pública e fazê-lo de uma forma o mais alargado que se pretender e, obviamente, que isso transcende o DDOR. É uma questão técnica que compete à CM, de acordo com a Lei, e não à AM, definir o respectivo formato. Aí, obviamente, que os Municípios já perceberam que este é um assunto importante e, como digo, a prova está no nível de participação que foi possível assegurar, sem precedentes. Não conheço nenhum Município do País onde este processo tenha tido a capacidade de ouvir a opinião de quase 10% da população que é um número impressionante e, portanto, como digo, quando o Plano estiver lido será discutido, até por uma razão simples também procedimental. Diz a Lei que um PDM alterado, em função duma discussão pública, volta a discussão pública e, portanto, corríamos o risco ao abrir, aqui, períodos intermédios de discussão pública, disso ter como corolário o arrastamento desmedido do Plano no tempo e, todos sabemos que urge rever o PDM. Foi definido também, pela CM que a revisão do PDM deveria estar concluída neste mandato autárquico e, portanto, salvo melhor opinião e sem prejuízo da vossa competência para tomarem decisões oportunas, esta é uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

matéria que está vertida na Lei, a CM até agora fez muito mais do que tudo do que se prevê na Lei. O processo teve sucesso, porque também se podia ter aberto milhares de discussões públicas e a população não aderir ao processo mas a verdade é que aderiu. Quando o Plano estiver concluído vai à CM, vai à AM e vai, então a discussão pública. Isto é o que determina a Lei e é o que me parece que faz todo o sentido. Não sei se esclareci os Membros da AM”.-----

-----O vice-presidente da Câmara pediu uma vez mais a palavra e disse: “No seguimento do que tinha sido solicitado ao DDOR acho que, de facto ficaram mais claros os esclarecimentos técnicos que ele aqui sugeriu e que eu resumiria, de facto em quatro. -----

-----Ponto um – há, de facto uma participação maciça das pessoas do Concelho através da exposição escrita de mais de 2000 participações para a Equipa da revisão;-----

-----Ponto dois – foram feitas, no alcance daquilo que o Membro José Costa aqui elencou na sua proposta, sessões públicas de esclarecimentos já nas próprias Freguesias;-----

-----Ponto três - o que nos está a pedir é que levemos para a discussão pública um processo que está a meio e eu isso pode não só ser enviesado, mas também deturpado; estamos a falar em 35 Entidades a quem este Plano tem que ser sujeito para apreciação, o que significaria que estaríamos a correr o risco de alargar “*sine die*” aquilo que eu sei que têm todos os Membros da AM como objectivo comum que é uma revisão célere, mas simultaneamente sustentada do nosso PDM. Estamos todos, aliás quando alguém falava nos nossos manifestos eleitorais, todos o escrevemos, portanto estamos todos empenhados, de facto, nesta revisão sustentada e nesta revisão célere do PDM. Está prevista a discussão pública e, por isso, sensibilizo a AM para esse facto. O que está aqui em causa é a necessidade urgente da Equipa técnica desenvolver o seu trabalho; após isso, vem à CM, que será soberana para, aí sim, ser sensível às propostas que aqui acaba de fazer, porque em última instância continua a defender, tal como eu, que os principais interessados são os Municípios. Também as Instituições que trabalham com este instrumento de planeamento têm que ter a discussão suficientemente esclarecida para levar por diante as suas propostas e, é neste sentido que entendo a proposta e, portanto, honestamente, considero de boa fé a proposta que fez. Julgo que neste momento, face aos esclarecimentos técnicos que a Equipa e o DDOR aqui colocaram, me parece precipitado desse ponto de vista, não no sentido, não no objectivo, mas no “*timing*” que está a ser tratado”. -----

-----O PMAM usou da palavra e perguntou ao Membro da AM José Laranjeiro Costa se, após os esclarecimentos prestados se pretendia manter a proposta ou se estaria na disposição de a retirar.----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Obviamente, Senhor PAM, o PS vai manter a proposta. A AM é soberana e cabe-lhe decidir sobre isso. Naturalmente, ouvi atentamente as explicações que deu o vice-presidente, e, concordo nalguns pontos; o que é facto é que verificámos que nem todas as JF foram ouvidas neste processo, ou pelo menos não tiveram as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

tais discussões públicas e os PJ estão aqui e eles, melhor do que eu, saberão claramente isto: há, questões que têm a ver com limites geográficos das Freguesias que são pontos de conflitualidade social e que irão colocar-se aquando da discussão pública e esta não a ponho em causa. A Lei estabelece e haverá um período de 30 dias para tal, mas julgo que para defesa até do próprio Executivo da CM, para defesa dos PJ, que pudessem ocorrer em sede de Assembleia de Freguesia, reuniões onde se esclarecesse um pouco os parâmetros que aqui nos foram apresentados, que é o de explicar o que está, como está e porque está em causa; porque é que em determinada zona não se pode efectivamente construir; porque é que há condicionantes; porque são a RAN e a REN condicionantes e porque é que não se pode avançar? Certamente, todos os Municípios ficariam mais informados e no futuro, estariam mais dispostos a aceitar as situações de condicionantes de quando chegassem, por isso mesmo, o PS mantém a proposta. Obviamente a AM é soberana; a ela cabe decidir; do ponto de vista político mantemo-la”.-----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Às vezes parece que não estamos a falar todos na mesma coisa. As razões técnicas que foram aqui apontadas, apontam para uma acção não válida no tempo, porque a estrutura de trabalho e de estudo desta proposta não está numa fase adequada a que se faça esse tipo de abordagem nas Freguesias para que não se criem falsas expectativas. Há pouco, quando ouvi o Membro José Laranjeiro Costa fiquei com a ideia que ele queria, talvez, mais uma acção pedagógica daquilo que é o PDM e para que serve, mas isso é outra questão, não podemos confundir as coisas. Afinal chegámos à conclusão numa questão meramente técnica, que não é, neste momento, positivo estarmos a ir de encontro às populações; assim, não entendo porque é que insistem em manter uma proposta deste quilate. Lembro que há uns anos atrás um Executivo anterior mandou o PDM para homologação sem ter ido às Freguesias e os Senhores aqui nunca criticaram esse tipo de actuação. Agora não, agora há pessoas que deram a sua opinião e continuam a dar todos os dias e está previsto, se for necessário, ir-se às Freguesias, mas no seu tempo. Não podemos estar a vender um produto tipo “gato por lebre”, estar a enganar as pessoas e induzi-las em erro. Se há 35 organismos que têm que se manifestar, não podemos estar aos avanços e aos recuos, porque isto é para ser feito, isto não é como era antigamente, que era para se ir fazendo. Este Executivo, onde estão também 2 pessoas do PS, responsabilizou-se durante a campanha eleitoral, em apresentar este documento aprovado e completo durante o mandato, portanto, está previsto com responsabilidades. A seu tempo, está previsto, já o disse o vice-presidente, ir até às Freguesias; agora a meio de um trabalho de uma profundidade técnica fantástica, com uma envolvência enorme, estarmos agora criar um facto político, penso que é negativo para o Concelho, para o documento e para a celeridade e eficácia que o documento possa ter, a não ser que queiram que o documento não seja aprovado neste mandato. Acho que,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

desculpem-me o termo, mas só vejo isto, só pela criação dum facto político é que se teima em apresentar uma proposta deste quilate. -----

-----O grupo da CMNRC, reconhecendo o trabalho positivo que tem sido feito em prol deste projecto de revisão do PDM, apoia, com muita veemência, tudo o que está a ser feito. Entende que é fundamental que não podem estar dissociados, não podemos cair no erro que caiu a CM que aprovou este PDM, sem consulta pública praticamente, porque ele não foi às Freguesias, que me digam o contrário. Não queremos isso, mas também não queremos subverter o sistema trazendo agora, contrariamente a todas as opiniões políticas e técnicas, o produto para a praça pública quando ele não está em condições de ser mostrado. Assim, vamos opor-nos a este tipo de proposta”.

-----O Membro Jorge Camarinho pediu a palavra e disse: “De facto não deixo de me surpreender nestas duas últimas Sessões da AM. Naturalmente que ninguém estava à espera que a bancada do PSD.PP aprovasse esta proposta; penso que quando o PS a fez, foi mais ao estilo de provocação. Noutro PDM, noutros tempos e no último mandato, esta AM tinha uma Comissão de Acompanhamento do PDM; portanto, estava mais informada sobre a forma como as coisas decorriam e, penso, que o que há aqui é uma vontade de acompanhar este dossier que tem a máxima importância para o Concelho. As 2169 participações não devem ser uma fonte de orgulho para o DDOR; devem ser uma luz de aviso, da preocupação das pessoas, relativamente a quem elabora os PDM’s. As pessoas estão cansadas do anterior PDM que foi aprovado à pressa; à pressa pelo Partido da actual maioria e à pressa pelo PS que depois acabou por terminar o processo; um PDM que foi entregue à Empresa do Nunes & Borato, pela maioria do PSD e, vamos ver se temos memória, à “Idroprojecto”; o que eu quero dizer é que a população está preocupada com este assunto, ainda por cima quando Montemor, nos últimos anos, se transformou, nalguns sítios, numa certa árvore das patacas, pois quem tem ou teve um terreno teve um terreno em sítio urbanizável fez vida; quem não o teve, mesmo vizinho, chupou no dedo e continua a chupar no dedo e, portanto há muita gente preocupada com este aspecto. É preciso que haja grande pedagogia e preocupação relativamente ao assunto, porque, mesmo nas áreas urbanas há, seguramente as que são para urbanizar, as que são para espaços verdes ou para equipamentos e que têm valores completamente distintos. O que está aqui em causa é o facto de, para além do DDOR e da Empresa contratada, do Executivo Municipal e mais as 35 que têm que aprovar o Plano, haver mais gente a quem se abra a discussão democrática, relativamente a este projecto. Pessoalmente, penso que não fazia mal nenhum que a AM voltasse a poder acompanhar este projecto ou que possuísse informação mais concreta daquilo que está a ser ou já foi feito. Ninguém me disse que não era para avançar; aquilo que foi aqui apresentado já é mais ou menos uma aproximação a uma proposta final, pelo menos da Empresa e da Autarquia e, portanto se mais pessoas vierem à discussão muito melhor. Também acho que pode, nesta altura, no âmbito da AM ou, eventualmente, em conjugação com as JF existir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

tal discussão pois não faria mal nenhum que houvesse um alargamento da discussão. De resto, aprovar ou não esta proposta do PS, penso que andamos para aqui sempre a inventar argumentos para não aprovar a proposta do outro. A galinha da vizinha é sempre melhor do que a minha, isso é só no provérbio, aqui a minha galinha é a única que é boa e, portanto, começa a cansar um bocado esta posição do PSD.PP”. -----

----- Não havendo mais intervenções relativamente à proposta apresentada pelo PS, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 17; -----

----- Abstenções - 0; -----

----- Votos a favor - 15.-----

----- Esta proposta foi reprovada por maioria.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Deixei uma proposta escrita para que a AM voltasse a poder acompanhar a revisão do PDM, em Comissão ou tendo acesso à documentação que está já elaborada, portanto gostava que a AM se pronunciasse sobre ela. Gostava, pois foi uma proposta de alternativa que deixei”. -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM: é só por uma questão que tem a ver com esta AM e com aquilo que disse o vice-presidente da CM - que quando o PC viesse a esta sala daria algumas informações no âmbito daquilo que foi questionado sobre a saúde e penso que a AM é merecedora disso, antes de encerrar os trabalhos”. -----

----- O vice-presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, dizendo: “Naturalmente que a AM é merecedora disso e muito mais. -----

----- Ponto um – Em relação à questão do tanque da APPACDM - neste momento a Autarquia está a gizar um plano de intervenção para viabilizar o investimento que lá foi feito e que, de alguma forma permitiu colmatar a dificuldade que tínhamos com a não construção da piscina municipal, que hoje é uma realidade para todos; -----

----- Ponto dois – Em relação à questão da saúde - poderia resumir a frase àquilo que o PC me transmitiu quando chegou da reunião com o Presidente da ARS do Centro que foi “vim de lá com uma mão cheia de nada”, isto é, as medidas que o Governo quer implantar são públicas, têm sido transmitidas através de Órgãos da Comunicação Social; -----

----- Em relação ao plano concreto da articulação e redefinição da rede concelhia, não nos foi apresentada nenhuma solução a não ser aquela que a Senhora Directora do Centro de Saúde transmitiu em meados do ano passado, à ARS, com a qual não concordamos e penso que é do vosso conhecimento; -----

----- E ainda foi prometido ao PC, pelo Senhor Director da ARS que as situações iriam ser estudadas caso a caso e apresentadas soluções Município a Município. É o que tenho a dizer”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

----- A proposta apresentada pelo Membro Jorge Camarneiro, da Coligação Democrática Unitária, fica como **documento anexo** à presente acta sob o número **18**.-----

-----Não havendo intervenções relativas à proposta apresentada pelo Membro Jorge Camarneiro, da bancada da CDU, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 17;-----

----- Abstencões – 0;-----

----- Votos a favor – 15.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Vou ser breve: é só para lamentar a falta de espírito democrático da bancada do PSD.PP relativamente a questões que são do interesse de todo o Concelho e de todas as pessoas, sem excepção. Os votos de cada Membro do PSD.PP não valem mais do que os votos de cada um dos outros Membros eleitos pelas outras forças políticas e, portanto, é um precedente, penso que grave que esta Assembleia seja impedida de acompanhar a revisão do PDM em comissão. Aconteceu no mandato anterior; aconteceu, normalmente em todas as maiorias que me recordo em que houve PDM’s, elaborações ou revisões e lamento que esta maioria tenha mostrado alguma incompreensão por parte de algum dos seus líderes, porque de facto não é esse o espírito da maioria dos elementos do grupo. Revejam esta posição e esqueçam das “arcas encouradas”.-----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Tenho que fazer uma intervenção de indignação pela tomada de posição do Membro da CDU, que é lógica, mas eu tenho que me sentir. O elemento da CDU tem que ter mais cuidado e ler atentamente aquilo que aprovou, aqui, há pouco tempo que foi o RAM. Fomos nós, grupo da Coligação que propusemos a constituição de uma Comissão Permanente, prevista no artigo 39º, para evitar as comissões e as “comissõezinhas” e o Membro Jorge Camarneiro sabe bem que essa figura existe, precisamente para contrariar dezenas de comissões que seriam criadas. Se déssemos azo a isso, em cada reunião criávamos 3 e 4 comissões, caíamos num vazio de uma inutilidade fantástica e o Senhor sabe bem das dificuldades que tem, muitas vezes, em poder estar disponível para vir às reuniões dessas comissões. Muitas vezes querem criar factos políticos e, neste caso, estão a agredir as pessoas na sua postura e na sua dignidade. Votámos o RAM, temos uma figura regimental que está aprovada por todos e, fomos nós do PSD.PP que a propusemos. Lembro que, para alguns, até foi motivo de admiração a proposta que então fizemos, mas tivemos a ombridade de a apresentar. Agora porque é que andamos a insistir nas comissões, para criar factos políticos. O Membro da CDU até se for para a comissão permanente, porque está previsto, evita de estar em 20 comissões e poupa muito dinheiro à casa, porque escusa de receber 20 senhas em 20 comissões diferentes”.-----

----- **PONTO OITO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTE-**-----

----- **RAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO DA VILA DE MONTE** ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22***

----- **MOR-O-VELHO;** -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “O PS nada tem opor em relação a esta proposta de alteração. Obviamente que foram ouvidas as entidades competentes; foram acautelados os estacionamento dos moradores e portanto não há nada a opor. No entanto, parecem-nos que poderíamos ser um pouco mais ambiciosos num futuro próximo avançarmos para uma postura municipal de trânsito que abrangesse todo o Concelho, melhorando desta forma a sinalização e o ordenamento do trânsito. Esta posição terá que ter uma participação alargada da CM, dos Serviços Técnicos e das JF, mas não ficaríamos confinados a uma postura de trânsito algo redutora, porquanto diz respeito apenas e só à Vila de Montemor. -----

----- Existe no Concelho sinalização que não está em conformidade com determinações técnicas, há questões relacionadas com altura, distâncias, relativamente à sinalização vertical; existe sinalização horizontal que não parece adequada, vejamos o caso das últimas marcações - percorrendo o Concelho, em curvas com visibilidade reduzida aparecem traços descontínuos e em rectas aparecem traços contínuos e, penso que poderíamos avançar no futuro num quadro de recuperação para uma melhor intervenção nesta área”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do ponto em causa, que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 1; -----

----- Votos a favor – 34; -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava de fazer uma declaração de voto sobre este assunto: abstenho-me nesta votação porque penso que o Regulamento de Trânsito (RT) da Vila de Montemor-o-Velho deveria ser completamente refeito e esclarecida a sua situação. É sabido que o Regulamento entrou em vigor, depois foi suspenso, depois não se percebe se voltou a entrar em vigor. Pelo seu articulado deveria ter entrado em vigor; se entrou em vigor andamos todos a violar a Lei, porque há um conjunto de áreas da Vila onde não se pode entrar com os carros não sendo habitante dessas áreas, ou seja, isto é mais um remendo, já que andamos todos a fazer de conta que temos um RT, mas na realidade não temos, portanto era bom que pudéssemos esclarecer isto de uma vez por todas”. -----

----- Todos os pontos da Ordem de Trabalhos foram aprovados em minuta para efeitos imediatos.

----- O PMAM perguntou, finalmente, aos elementos do público presente se desejavam fazer alguma intervenção. Não tendo havido qualquer pedido nesse sentido, deu por encerrada a Sessão às 21 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Fevereiro, 22

Lídio dos Santos Cristo, Dr.
O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos